

12 de Junho 2017
Segunda-Feira
Semanário - Ano 2
Nº 63 / kz 400
Director-Geral
Evaristo Mulaza

CENTRALIDADES

Vendas iniciam em 2 semanas

A Imogestin anunciou, para dentro de duas semanas, o início da comercialização das habitações nas centralidades do Estado. Na semana passada, apresentou o portal em que serão submetidas as candidaturas, mas só para a venda livre. Pág.19

MINISTÉRIO DA ECONOMIA FAZ DILIGÊNCIAS

Accionistas da FIL 'travam' liquidação da empresa

O Ministério da Economia tem tentado, junto dos accionistas da empresa que geria a Feira Internacional de Luanda, forçar a liquidação da unidade, mas "sem sucesso", apurou o VALOR de fontes ligadas à FIL que tem o empresário Matos Cardoso como o principal accionista. O BAI, o BPC e o ISEP são os accionistas minoritários. Pág 17



PREOCUPAÇÕES COM A INFLAÇÃO

Preços vigiados sobem para 40

A lista dos preços vigiados, sob controlo do Instituto de Preços e Concorrência, vai ser actualizada dos actuais 32 para 40 produtos. A intenção, segundo a instituição, passa por contribuir para o controlo da inflação e pela protecção do rendimento das famílias. Pág 5

EM CAUSA ALEGADAS PREOCUPAÇÕES COM A SEGURANÇA

Chevron proíbe voos da Sonair a funcionários

AVIAÇÃO. Alegadas "falhas operacionais" identificadas nos voos da companhia aérea controlada pela Sonangol levaram a petrolífera norte-americana a orientar os seus funcionários que se deslocam do Soyo para Luanda e vice-versa a evitarem a Sonair. Fonte do VALOR indicou que há também o receio de as outras operadoras petrolíferas seguirem o exemplo da Chevron, o que pode agravar os resultados operacionais da Sonair, que, no ano passado, viu cortado o número de passageiros para metade. Pág. 16



Moedas AKZ USD 166,7 kz (+0) ▲ EUR 187,72 kz (+1,22) ▲ LIBRA 215,28 kz (+1,22) ▲ YUAN 24,58 kz (0,24) ▲ RAND 12,96 kz (+0,18) ▲



DIGITOS & NÚMEROS

Contabilidade & Consultoria Fiscal

Tel: +244 945 766 958 e-mail: digitos.numeros@gmail.com

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



COLAPSO IMINENTE ?

Em menos de dois meses, o VALOR noticia, em primeira mão, dois factos relacionados com o mercado doméstico da aviação comercial, no mínimo, inquietantes. O primeiro foi a informação de que o Instituto Nacional da Aviação Civil (INAVIC) havia orientado a suspensão dos voos da Air 26, exigindo a reestruturação da empresa. Desta vez, é reportada a proibição da Chevron aos seus funcionários de usarem as aeronaves do Sonair, a companhia aérea controlada pela concessionária pública e criada, sobretudo, para atender as necessidades de deslocamentos internos do pessoal afecto à indústria petrolífera. Em qualquer um dos casos, as fontes não detalharam as razões de fundo. A explicação possível avançada resume-se em alegadas falhas nos procedimentos, detectadas quer pelo regulador, no caso da Air 26, quer pela petrolífera norte-americana, no caso da Sonair.

Acontece que a simples referência a “falhas nos procedimentos”, para o entendimento comum, abre alas, de forma justificada, para todo o tipo de ansiedades e medos. Porque, em rigor, o que sobra como última preocupação é sempre a segurança dos voos. E essa preocupação coloca a inevitável pergunta sobre até que ponto os nossos voos domésticos con-



tinuam a ser seguros. As respostas a esta pergunta têm de ser dadas, naturalmente, pelas autoridades competentes, designadamente o INAVIC. Mas, enquanto os esclarecimentos definitivos não chegam, não há como ignorar o aparente inapelável colapso do negócio da aviação doméstica.

A Air 26 e a Sonair são apenas, neste momento, dois dos raros sobreviventes da onda de falências que devasta o sector desde a década passada. Fracassos, como reconhecido na generalidade pelos próprios operadores, que ocorreram sobretudo pela impreparação dos ‘players’, desavisados de um conjunto de transformações no mercado ocorridas no pós-guerra, com destaque para a entrada dos ‘concorrentes’ dos transportes terrestres. Mas também impreparados quanto às novas exigências de investimentos em meios, na segurança e em recursos mais qualificados. E quanto à significativa alteração dos custos

operacionais, entretanto, instalados no mercado, relacionados nomeadamente com combustíveis, taxas aeroportuárias e pessoal.

As notícias negativas sobre a Sonair e a Air 26 vão, portanto, além da legítima e inegociável preocupação com a segurança. Em última instância, sugerem que o sector privado (com a devida ressalva da Sonair, que é tutelada por uma empresa pública) pode estar na iminência de deixar a TAAG a explorar o espaço aéreo doméstico sozinha. Basta verificar-se que, no caso da Air 26, por exemplo, os novos desenvolvimentos apontam que a proibição do INAVIC se terá devido também ao facto de a empresa estar há largos meses sem pagar salários aos colaboradores. Os próprios trabalhadores falam em quase um ano e meio. Claro, razão mais do que suficiente, porque ninguém minimamente sensato deixa mexer em aviões pessoas com dezenas de salários em atraso.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuesseca

Secretária de redacção: Rosa Ngola

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló

Colaboradores: Cândido Mendes, Mateus da Graça Filho

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Assistente da Administração: Mariquinha Rego

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes
comercial@gem.co.ao, **Tel.:** +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721;

Nº de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones: +244 222 320510, 222 320511 Fax: 222 320514

E-mail: administracao@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



Florbela Fernandes,
representante do UNFPA

O que se pretende com o roteiro da União Africana sobre o aproveitamento do dividendo demográfico, lançado, em Luanda?

O roteiro teve, como objectivo, delinear as áreas necessárias aos investimentos-chave que permitirão os países membros da União Africana optimizarem as suas potencialidades no aproveitamento do dividendo demográfico, durante as próximas décadas. Os países têm de realizar investimentos certos e África tem a oportunidade de ter uma população jovem. Estes podem ser um potencial desde que os investimentos sejam feitos na educação de qualidade e na saúde.

Como os jovens podem participar nos planos de desenvolvimento do país?

Os jovens devem participar mais. Muitas vezes pensa-se que são os mais velhos que devem definir os países, mas não. Os jovens podem participar activamente através de associações e outras plataformas de interacção. É um desafio que se coloca.

Os países membros assumiram compromissos?

O compromisso foi feito pelos governos e quem tem de reportar os investimentos que estão a ser feitos para a melhoria de vida das populações são os governos. O roteiro tem várias etapas e, em Julho, será avaliado, na Cimeira da UA para se aferir o que cada país fez.

TERÇA-FEIRA

A Associação dos Hotéis e Resorts de Angola (AHRA) foi admitida como membro filial da Organização Mundial de Turismo (OTM) na reunião do conselho executivo realizada em Maio, em Madrid, Espanha, abrindo-se novas perspectivas e oportunidades para os associados, anunciou a organização.

QUARTA-FEIRA

Os próximos investimentos da Citic Construction, em Angola, vão estar centrados na construção de uma siderurgia, na Huíla, e na produção de sementes agrícolas, revelou o vice-presidente da empresa para a região de África, Hu Pingnuma, durante uma visita à Câmara de Comércio Angola-China (CAC).

QUINTA-FEIRA

A empresária Isabel dos Santos, que detém a distribuidora de televisão Zap, declarou que “a SIC é muito cara” e que a exclusão dos canais do grupo português é uma decisão comercial. A posição foi assumida numa publicação que Isabel dos Santos colocou nas redes sociais.



SEXTA-FEIRA

Uma Bolsa Nacional de Acreditadores vai ser criada nos próximos tempos pelo Instituto Angolano de Acreditação (IAAC), órgão do Ministério da Indústria, para apoiar o processo de acreditação do sector industrial, anunciou a instituição.



SÁBADO

A Associação das Indústrias de Panificação e Pastelarias de Angola pretende construir pequenas padarias nas escolas para fornecer merenda escolar aos alunos, projecto que aguarda a aprovação do Ministério da Educação, informou o presidente da associação, Gilberto Simão.



DOMINGO

A Empresa Nacional de Distribuição de Energia informou que está preocupada com a vandalização de caixas de derivação do sistema pré-pago, declarou o porta-voz da empresa em Cabinda, André Tati.



SEGUNDA-FEIRA

O presidente do Banco da China (BOC), uma das maiores instituições financeiras do mundo, afirmou que Angola é um “parceiro estratégico de longo prazo”, o que justifica a abertura da sucursal da entidade em Luanda. Chen Siqing fez essas declarações na cerimónia oficial de inauguração da sucursal de Angola do BOC, o primeiro banco asiático a instalar-se no país.

COTAÇÕES



AUDIÇÃO DE COMEY AJUDA WALL STREET NOS GANHOS

Os principais circuitos financeiros norte-americanos registaram ganhos, horas depois de iniciada a primeira audição pelo Senado ao ex-director do FBI despedido pelo presidente Donald Trump. O tecnológico Nasdaq avançou 0,39% para 6,321.76 pontos. Impulsionado pelos ganhos da Nvidia e da Yahoo, o índice atingiu um novo máximo de sempre. Já o industrial Dow Jones fechou com uma valorização ligeira de 0,04% para 21.182,53, tal como o financeiro S&P 500, que subiu 0,03% para 2.433,79 pontos.



PETRÓLEO GANHA VIDA, MAS NÃO EVITA NOVAS PERDAS

As últimas estatísticas do mercado petrolífero apontam para ganhos nas diversas apresentações de mercado do produto, recuperando das quedas das últimas sessões. O Brent valorizou 1,09% para 48,38 dólares. E o West Texas Intermediate, também designado WTI, negociado em Nova Iorque, sobe 0,92% para 46,06 dólares. Uma recuperação que não poupa o Brent de uma queda de mais de 3% desde o início da semana, com o mercado a adoptar uma perspectiva mais céptica em relação à eficácia dos cortes da OPEP.

Economia/Política

BARRIL DE BRENT NEGOCIADO ABAIXO DOS 50 DÓLARES DURANTE A SEMANA

Bloqueio ao Qatar impacta no preço de venda do crude angolano

PETRÓLEO. Preço do barril de crude subiu nas primeiras horas do anúncio do 'bloqueio árabe' sobre o Qatar. Mas, mais tarde, as coisas inverteram, chegando-se a negociar a 45 dólares o barril de petróleo, menos dez dólares das previsões angolanas, aquando da elaboração do OGE 2017.

Por António Miguel

A queda dos preços do barril do petróleo nos mercados internacionais foi uma das primeiras e principais consequências do bloqueio imposto sobre o Qatar (acusado de apoiar grupos terroristas) pela Arábia Saudita, apoiada por vários países vizinhos.

Durante a semana (de 5 a 9), o barril de petróleo foi comercializado abaixo dos 50 dólares. Na segunda-feira, 5, por exemplo, o Brent, que serve de referência para a comercialização do petróleo angolano, foi negociado a 49,47 dólares o barril para entrega em Agosto. Mas, na sexta-feira, o valor caiu para 45,77 dólares o barril.

Se, nas negociações de entrega para Agosto ou Setembro, os preços continuarem abaixo dos 46 dólares, por exemplo, deverá ser negativamente impactante para a economia angolana, já que o Governo aprovou o Orçamento Geral do Estado (revisto) de 2017 com uma previsão do preço do barril na ordem dos 46 dólares.

Mas as consequências negativas não afectariam apenas os cálculos do Executivo angolano, como também os da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que aprovou o corte na produção de 1,8 milhões de barris por dia para ver o valor do crude acima dos 50 dólares/barril. Aliás, os 'timings' da redução da produção dos estados-membros da OPEP, mais a Rússia, terminaria já este mês, mas foi alargado até Março de 2018. O pacto, assinado em 2016, prevê reduzir a produção de petróleo bruto de 33,7 milhões para 32,5



O Brent é o crude de referência das vendas angolanas.

45

dólares. O barril de petróleo chegou a ser negociado a esse preço na semana passada

milhões de barris por dia.

No entanto, nas primeiras horas, após o anúncio do corte das relações de países vizinhos com o Qatar, o preço do petróleo registou um aumento na ordem dos 0,46%, valorizando o barril para 50,18 dólares (o Brent), enquanto a referência WTI ficou cotada em 47,95, equivalente a uma recuperação de 0,61%. Mas, mais tarde, as negociações agitaram-se com a queda do preço, que se estendeu ao longo da semana.

Arábia Saudita, Bahrain, Emirados Árabes Unidos, Egito e Iémen anunciaram, na segunda-feira, 5, o corte de relações diplomáticas com o vizinho Qatar, alegadamente por este Reino estar a financiar grupos terroristas, como o Estado Islâmico, Al Qaeda e a Irmandade Muçulmana. O anúncio foi feito duas semanas após a visita do presidente norte-americano, Donald Trump, à Arabia Saudita.

SEADRILL ACONSELHADA A FAZER RELATÓRIOS

Ministério dos Petróleos avalia gestão ambiental

Uma equipa do Ministério dos Petróleos deslocou-se recentemente ao estaleiro da SEADRILL, em Luanda, uma empresa privada de apoio à exploração em offshore, com o objectivo

de constatar o grau de cumprimento dos procedimentos constantes nos instrumentos de gestão ambiental.

A empresa conta com dois estaleiros dentro da base da SONILS. No primeiro, estão armazenados tambores metálicos com óleo diesel, válvulas de reposição, materiais de manutenção e calibração. No segundo,

estão tanques de combustível para helicópteros, tubos de perfuração e outros materiais similares.

O grupo recomendou que a SEADRILL a remeta anualmente ao Ministério um relatório sobre o uso de resíduos, revisão dos extintores do estaleiro, simulados e exercícios realizados. A equipa recomendou também a aplicação

de linhas de sinalização na área externa para evitar o risco de acidente e a colocação de bacias de retenção na zona de armazenamento de óleos e combustíveis. Os dois estaleiros servem como base de suporte e plataforma logística para apoio em offshore. Neste momento, a empresa detém quatro sondas de perfuração em Angola.



A PRIMEIRA PEDRA, para implementação do Projecto Integrado de Exploração e Transformação de Fosfato de Lucunga (PIETFL), foi lançada sexta-feira, pelo ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, no município do Tomboco, província do Zaire.



A ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT (EIU) considerou, na passada sexta-feira, que o cancelamento da ronda de licitações pelos novos blocos petrolíferos em Angola envia um sinal negativo sobre o ambiente empresarial em Angola, sendo uma decepção para os licitadores.



MEDIDA VISA EQUILIBRAR RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS

Produtos vigiados vão ser alterados de 32 para 40

PREÇOS. Instituto gerido por Cruz Lima explica que o ajustamento vai olhar caso a caso, não havendo, por isso, correcções uniformes. Ministério da Agricultura apresentou preocupações relacionadas com a compra dos insumos.

Por José Zangui

Os preços dos produtos vigiados estão a ser corrigidos, de modo a ajustá-los “ao rendimento das famílias e para o controlo da inflação”, ao mesmo tempo que devem ser actualizados de 32 para 40. O presidente do conselho directivo do Instituto de Preços e Concorrência (IPREC), Joaquim da Cruz Lima, esclareceu, ao VALOR, que o ajustamento vai olhar caso a caso, não havendo, por isso, percentagens uniformes.

O Ministério da Agricultura, por exemplo, apresentou algumas preocupações ligadas aos preços dos insumos agrícolas, que acabam por ficar caros até ao destino final. O departamento ministerial entende que “há situações de preços muitos altos que têm de ser reajustados e

equilibrados com o rendimento das famílias”.

As tarifas portuárias também deverão sofrer reduções, uma questão já em agenda no IPREC, que garantiu estar a trabalhar no sentido de a mesma ser nivelada de acordo com a capacidade dos operadores, por um lado, e por outro, para que a população não sinta os preços reflectidos nos produtos importados.

A ideia destas medidas do Ministério das Finanças (MINFIN), de acordo com o responsável do IPREC, passa pelo controlo da inflação e pelo equilíbrio do rendimento das famílias. “Embora vivamos numa economia de mercado, em que é um facto a liberalização do mercado particularmente no que à determinação dos preços diz respeito, o Instituto de Preços e Concorrência ainda tem uma palavra a dizer”, assegura Cruz Lima.

Para tal, semanalmente, a instituição divulga relatórios do Índice dos Preços de Produtos Vigiados (IPPV), permitindo, desta forma, aferir as alterações e efectuar correcções. Uma deliberação recente do

32

número actual dos produtos com preços vigiados

MEMORIZE

● O DECRETO executivo nº 77/16 define as regras e procedimentos para a fixação e alteração dos preços, tendo em conta os custos de produção ou o de importação.



Cesta básica domina

São, no total, 32 produtos, com preços vigiados, essencialmente, os que compõem a cesta básica, entre os quais arroz, banana, batata-rena, batata-doce, carne fresca, carne seca, farinha de trigo, feijão, frango, fuba de mandioca, fuba de milho, leite em

pó, massa alimentar, óleo de palma, óleo de soja, pão, peixe, sal, sabão, alface e alho.

A lista, porém, integra também alguns serviços como tarifas de passagens aéreas, de transporte rodoviário, marítimo e ferroviário, de passageiros e carga e de táxi.

Conselho Nacional de Preços determina, no entanto, que doravante os preços vigiados passarão a ser actualizados com periodicidade anual.

O Conselho é integrado pelo ministro das Finanças, que o preside, da Economia, do Comércio, da Agricultura, das Pescas e do Planeamento e Desenvolvimento Territorial.

O decreto executivo nº 77/16 define as regras e procedimentos para a fixação e alteração dos preços, tendo em conta os custos de produção ou o de importação. O diploma determina que a formação de preço de bens e serviços é calculada com base na estru-

tura de custo. E especifica que a margem de comercialização não deve ultrapassar 20% de lucro, em relação ao preço de produção ou importação.

Os agentes comerciais são recomendados por lei a arquivar os registos dos gastos com a mercadoria, em suporte informático por um período mínimo de cinco anos para efeito de prova.

A fiscalização dos preços vigiados é da competência do Instituto de Preços e Concorrência em coordenação com a inspecção das actividades económicas do serviço de investigação criminal.

Economia/Política

COM AS QUEIXAS DE SEMPRE

Menos expositores na Feira da Banana

AGRICULTURA. 6ª edição da Feira Internacional da Banana (FAIBA), realizada na província do Bengo, teve, este ano, menos expositores em relação ao ano passado. Apenas três empresas internacionais participaram no certame.

Por José Zangui

Com o lema ‘Fruto da nossa terra, fruto de valor’, a Feira da Banana (FEIBA) visou fomentar o processo de diversificação da economia, promover negócios e estreitar parcerias entre os expositores. Mas apenas 100 expositores estiveram presentes, contra os 150 da edição anterior.

O administrador da Eventos Arena, Manuel Novais, esclareceu que a fraca participação se deveu ao actual momento económico do país.

O evento decorreu numa fazenda da Agrolider, em Caxito, ao contrário das edições passadas, realizadas na Açucareira e no mercado do Panguila.

O VALOR apurou que a opção pela Agrolider decorreu do facto de esta ser a primeira empresa a



exportar banana para Portugal, com perspectiva de atingir a Espanha.

Manuel Novais defende a realização deste tipo de feira no próprio campo, para demonstrar como a produção é feita no terreno. Além da banana e outros produtos agrí-

colas, estiveram também expostos produtos bancários, máquinas e equipamentos.

O chefe da delegação de Malanje, José Manuel, queixou-se do facto de o espaço ser mais pequeno que na edição anterior, na zona

do Panguila. A província esteve presente com sete expositores. Mas, para outros participantes, as dificuldades residem no acesso ao crédito bancário para a compra de equipamentos, fertilizantes, entre outros.

MEMORIZE

- Angola produz cerca de 1,5 milhões de toneladas de banana por ano. Bengo, Benguela e Kwanza-Sul encabeçam a lista dos maiores produtores.

O secretário de Estado da Agricultura, André Moda, disse ao VALOR que a questão da falta de material agrícola está a ser resolvida. “Estão a chegar em grandes quantidades ao país”, declarou.

Em relação aos incentivos, o governador do Bengo, João Bernardo de Miranda, assegurou que estes existem, mas não podem “chegar a todos de uma só vez”. Para o governante, outro facto que impede a evolução da agricultura familiar para a mecanizada tem que ver com as garantias exigidas pelos bancos, que muitos camponeses não conseguem cumprir.

A Eventos Arena diz ter aplicado 50 milhões de kwanzas para a realização da feira.

COPERAÇÃO

Angola e Israel buscam parceria empresarial

Uma delegação de empresários israelitas ligados à Câmara de Comércio Israel-Angola participa, a partir de hoje, em Luanda, no I Fórum Empresarial Angola-Israel, a decorrer sob o lema “Juntos para o Desenvolvimento”.

A delegação israelita é liderada pelo presidente da Câmara daquele país, Haim Taib, e integra empresários de distintos ramos de actividade.

De acordo com uma nota de imprensa da embaixada de Angola em Israel, no primeiro dia estão previstos painéis sob os temas

“Oportunidades de Negócio em Angola” e “Investir em Angola”.

No segundo, serão abordados os temas a “Aquicultura em Angola”, “Oportunidades de Investimento na Agricultura” e “Oportunidade de Investimento no Sector Mineiro”.

Durante a sua estadia no país, o empresário israelita Haim Taib vai abordar igualmente, com a Câmara de Comércio e Indústria de Angola, o projecto de criação da Câmara de Comércio Angola-Israel, perspectivando o estabelecimento de uma “geminação”

alicerçada numa parceria que visa facilitar o fluxo de relações económicas e comerciais.

O objectivo principal da futura Câmara de Comércio Angola-Israel passará por promover a vinda a Angola de mais empresas privadas e impulsionar as relações comerciais e económicas já existentes entre os dois Estados em diversas áreas.

Israel tem, em Angola, empresas que exercem a actividade, essencialmente nas áreas da agricultura, construção civil, diamantes, saúde, educação e telecomunicações, bem como de cariz humanitário.



CHEGOU A SÉRIE GAME OF THRONES EM PORTUGUÊS

DStv

A DIVERSÃO
MORA AQUI



ESTREIA 4 DE JUNHO
NÃO PERCA DOMINGOS
ÀS 21H00

Na mítica Westeros, nove famílias nobres envolvem-se em conspirações e disputam o Trono de Ferro, símbolo do poder absoluto.

A DStv orgulha-se de apresentar **Game of Thrones**, agora em português. A série televisiva rodada em dez países diferentes com o maior elenco de sempre, bateu recordes de audiência em todo o mundo e já arrecadou 38 Emmy's. Em exclusivo no Pacote Bué da sua DStv.



POSIÇÃO
501



CONTROLO PARENTAL

dstvangola@ao.multichoice.com

www.dstv.com

Twitter: [dstv_angola](https://twitter.com/dstv_angola)

Instagram: [dstvangola](https://www.instagram.com/dstvangola)

www.facebook.com/DStvAngola

437 88

923 12 00 00

226 69 89 89

Economia/Política

TRÊS ANOS DEPOIS

Governo fixa salário mínimo em pouco mais de 16,5 mil kz

EMPREGO. Salário por grupos de actividade vai aumentar 10%, em média, passando a cifrar-se entre 16.500 e 24.754 kwanzas. Empresas que não tenham capacidade para pagar valores mínimos podem solicitar autorização para a aplicação de salários diferentes.



Por José Zangui

O

Governo fez um ajuste médio de 10% ao salário mínimo nacional, segundo um decreto presidencial de 7 de

Junho, que revoga o anterior diploma de 2014.

Desta feita, o salário mínimo por grupos de actividade vai aumentar, em média, 2.000 kwanzas mensais, passando a cifrar-se entre os 16.500 e 24.754 kwanzas.

O valor de referência mais baixo abrange o sector da agricultura que passa dos 15.000 kwanzas para os 16.503,30 kwanzas. No segundo escalão do salário mínimo, colocam-se os transportes e serviços e a indústria transformadora que vêm alterados os valores dos 18.754

13

Produtos, quantidade de bens que compõem a cesta básica que, segundo os sindicatos, o salário mínimo não comporta.

para cima dos 20.600 kwanzas. Já os secos do comércio e indústria extractiva aparecem no topo da referência do salário mínimo, tendo evoluído dos 22.504 kwanzas para os 24.754, 95 kwanzas.

De acordo com a lei, para manter o nível de emprego, as empresas que não tenham capacidade para pagar estes valores mínimos podem solicitar autorização para aplicação de salários diferentes, mediante a apresentação de justi-

ficativos da situação económica e financeira, comprovando essa incapacidade temporária.

Em Abril, as principais forças sindicais disseram ao VALOR que o salário mínimo apenas cobre quatro dos 13 produtos da cesta básica, sem contar com a saúde, escola e transportes, baseando-se em cálculos da SGSILA que considera que, desta forma, não se consegue dar uma vida digna ao trabalhador.

A organização sindical tem defendido um salário mínimo equivalente a 500 dólares norte-americanos, proposta que também vem sendo defendida pela UNITA desde as eleições gerais de 2012.

Em relação aos salários gerais da função pública, os sindicatos têm proposto um aumento proporcional ou superior à taxa de inflação verificada até Dezembro de 2016 que se fixou acima dos 40%. No entanto, o Governo comprometeu-se com um aumento não superior a 13%, num ano em que as autoridades aspiram reduzir a inflação para os 15%, possibilidade, entretanto, já questionada por vários observadores.

REGULAMENTO FOI RECENTEMENTE APROVADO

Alvará industrial passa a ser intransmissível

Por Isabel Dinis

O

uso do alvará de licença industrial passa a ser intransmissível, assim como fica proibida a sua utilização fora

das instalações para as quais foi emitido, sob pena de sanções

legais, cita o regulamento sobre a emissão, atribuição e uso do alvará de licença industrial, aprovado recentemente.

O documento prevê apenas duas isenções para a proibição da transmissão do alvará industrial, ocorrendo por trespasse ou por cessão de quotas do estabelecimento industrial.

O regulamento que vem definir os trâmites a observar na atribuição do alvará de licença industrial estabelece que o licenciamento dos estabelecimentos dos ramos

alimentar e bebidas, medicamentos, materiais hospitalares ou paramédicos, armas, munições, explosivos e pirotecnia já poderá requerer os pedidos de consulta e de pareceres prévios junto da Codex Alimentar, Ministérios da Saúde, Defesa e Interior, com vista a “uma maior celeridade nos processos de obtenção deste documento”.

A vigorar desde final de Maio, o regulamento passa a ser aplicado aos processos a iniciar a actividade e às renovações, sendo que o alvará já pode ser emitido via online, através

de um site específico pertencente ao Ministério da Indústria. O novo alvará passa a ter dois modelos de documentos, no caso o alvará de licença provisória, que vigora por seis meses, e o de licença industrial, que continua a vigorar por cinco anos.

O Ministério da Indústria considera que essas medidas visam a “desburocratização” dos procedimentos administrativos, de forma a criar um “Estado moderno” e administrativamente “eficiente”, “considerando que o objectivo

da promoção da diversidade da economia angolana passa necessariamente por uma mais célere capacidade de resposta dos organismos administrativos às solicitações dos investidores, nomeadamente no que ao licenciamento diz respeito”.

A renovação dos alvarás de licença industriais dos estabelecimentos está sujeita à nova vistoria. O encerramento da unidade industrial ou o exercício injustificado da actividade por um período de 180 dias pode dar lugar à anulação da licença.



CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO



✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS



✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Entrevista

ANTÓNIO PORTELA, CEO DA BIAL

“Vamos investir o necessário para que o Malacur não falte no mercado angolano”

A operar em Angola há sensivelmente 30 anos, a BIAL, uma farmacêutica que actua também nos mercados da Europa e da América do Norte, prepara, para breve, o lançamento de um novo antipalúdico – o Malacur – no mercado angolano. Em entrevista ao VALOR, o CEO da empresa admite que o ambiente de negócio em Angola é negativo nos últimos dois anos, mas assegura, ainda assim, a continuidade dos investimentos fruto da parceria “estratégica” que mantém com o Estado.

Por António Nogueira

A BIAL acaba de apresentar, em Angola, o anti-palúdico Malacur. Em termos gerais, como se processa o mecanismo de acção desse novo fármaco no organismo humano?

O Malacur é um fármaco para o tratamento da malária que tem uma série de características positivas que, esperamos, possam real-

mente ajudar os países que padecem dessa doença, como é o caso de Angola. É um fármaco que tem alguns benefícios. Não precisa, por exemplo, de ser tomado com comida, tal como outros fármacos. Segundo o que nos explicam alguns dos médicos com quem falámos, uma criança que tem malária, mesmo após a medicação, ao fim de 24 ou 48 horas, não tem vontade de comer. E aí o medicamento não faz efeito. O Malacur só precisa de ser tomado com água. Não tem esse desconforto adicional para com os pacientes.

Por outro lado, além de tratar a malária em apenas três dias, gera um período de profilaxia de 46 dias. Ou seja, o doente que toma



“Neste momento, não temos a intenção de construir mais nenhuma unidade industrial, porque temos a perfeita capacidade para gerir aquilo de que necessitamos nos países a que me referi.”

o Malacur fica tratado e, depois de seis semanas, fica também imune, sem o risco de apanhar novamente a malária. Portanto, o que este medicamento está a proporcionar é um período de protecção. É um medicamento que tem três anos de validade, mais um ano do que os habituais.

Nesta primeira fase, a BIAL procedeu somente a apresentação do Malacur. Para quando está prevista a sua disponibilização no mercado angolano?

Neste preciso momento, estamos a trabalhar muito estreitamente com as autoridades angolanas e com os médicos, procurando assegurar que o medicamento esteja disponibilizado, havendo também, em simultâneo, acções de formação e havendo percepção de onde é que deve ser utilizado, para além de haver a necessidade de se definir bem que doentes vão beneficiar deste medicamento. Portanto, estamos a trabalhar com as autoridades nisso e esperamos tê-lo disponível nas próximas semanas.

Estarão já criadas as condições para que não haja ruptura de stocks deste fármaco em Angola?

Trabalhamos há cerca de 30 anos em Angola e é um compromisso que temos nos países onde estamos, que é procurar encontrar soluções e fazermos os investimentos necessários para que não falem produtos no mercado. Sabemos que tem existido, nalguns casos, falhas de medicamentos, nós temos cerca de 40 medicamentos disponíveis no mercado e procuramos garantir que não haja de falhas. Este é o nosso compromisso. Trabalhar para que não existam estas falhas no mercado, nomeadamente numa patologia tão séria como a malária.

Qual é o volume de investimento que o lançamento do Malacur em Angola exigiu da empresa?

São números que, neste preciso momento, prefiro não partilhar. O que posso dizer é que, por ano, investimos cerca de 50 milhões de euros em investigação e desenvolvimento de novos medicamentos para trazer ao mercado. Obviamente que os custos relacionados ao Malacur são muito inferiores a estes. Ou seja, há outros que têm mais custos. Temos um compromisso muito grande com os novos medicamentos que pretendemos trazer para o mercado.



Mário Nijéres © VE

Na qualidade de investidor, como avalia o ambiente de negócios em Angola?

O ambiente para o investimento em Angola, fruto da crise, tem sido regra geral negativo nos últimos dois anos. Acredito que o Executivo tudo tem feito para inverter este sentimento. A BIAL tem investido continuamente em Angola e continuará a fazê-lo, até porque a nossa “parceria” com Angola é estratégica, e para manter, e não se vê apenas nos momentos positivos.

Voltando ao Malacur. Em Angola, a BIAL prevê disponibilizar, numa primeira fase, apenas os comprimidos, estando o lançamento do xarope programado para mais tarde. Há algum motivo especial para que assim seja ou é apenas uma estratégia comercial?

Neste momento, vamos disponibilizar apenas os comprimidos, mas, logo a seguir, vamos disponibilizar não os xaropes, mas os comprimidos dispersíveis. Sabemos que há também outros fármacos em xaropes para o tratamento da malária, mas o Malacur existe também em comprimidos dispersíveis, o que permite dissolver em água, utilizando exactamente a dose correcta. Para o xarope, muitas vezes, tendo em conta o peso, é muito difícil encontrar a dose ideal. A opção no desenvolvimento do Malacur foi o comprimido dispersível que foi adaptado à dose da criança.

Qual é a receptividade que este novo fármaco está a merecer por parte das autoridades angolanas ligadas

PERFIL

António Portela é licenciado em Economia, pela faculdade de Economia da Universidade do Porto e possui um MBA Executivo da Porto Business School. Iniciou a sua actividade profissional na farmacêutica Roche, no Reino Unido, onde foi delegado de informação médica. Nesta empresa, desempenhou também as funções de analista de mercado para as unidades de negócio de oncologia e hematologia. Foi igualmente responsável pela Roche European Business Platform e, ainda na Roche no Reino Unido, foi gestor de produtos da Hepatite C. Integrou a equipa da BIAL em 2004. Em Janeiro de 2011, António Portela assume funções de CEO da BIAL, marcando a chegada da quarta geração da família à frente do considerado maior grupo farmacêutico português, fundado em 1924 pelo seu bisavô, Álvaro Portela.

à área da saúde?

Posso dizer que a receptividade tem sido muito boa. Percebemos que há uma grande preocupação em relação à malária, em toda a cadeia dos organismos que compõem a área da saúde em Angola. Obviamente, as autoridades ficaram encorajadas por haver uma nova opção terapêutica. Mas, tendo em conta a dimensão do flagelo, em Angola, é lógico que queiram garantir também que é

tudo feito da melhor forma possível.

Para além de Angola, há outros países em África onde tencionam fornecer o Malacur?

Neste momento, só fizemos a apresentação deste medicamento em Angola, mas prevemos também fazer a distribuição noutros mercados, nomeadamente em Moçambique.

Que informação é que tem em relação o nível de prevalência da Malária em Angola e em África?

Temos dados da Organização Mundial da Saúde. Segundo a OMS, aproximadamente 50 por cento da população mundial está exposta ao parasita da malária, em 91 países endémicos. Anualmente, morrem, por malária, entre 500 e 600 milhares de pessoas no mundo. Estima-se que, por ano, ocorram mais de 200 milhões de casos em todo o mundo, sendo que 90% são na África Subsariana. A OMS diz também que 90% dos casos de malária e das mortes ocorrem no continente africano, registando-se 848 milhões de pessoas com risco de contrair malária, 690 milhões das quais com alto risco.

A BIAL terá planos de algum dia instalar uma fábrica para produção de fármacos em Angola, tendo em conta os níveis de prevalência de doenças como a malária?

Hoje, vendemos os nossos medicamentos para 58 países e temos apenas uma unidade industrial, sedeadada no Porto, que suporta estes 58 países. Neste momento,

não temos a intenção de construir mais nenhuma unidade industrial, porque temos a perfeita capacidade para gerir aquilo de que necessitamos nos países a que me referi. Se, em algum momento, entendermos que a nossa capacidade não chega, deveremos equacionar este aspecto.

Que outros medicamentos a empresa já lançou no mercado?

Temos uma área de investigação e desenvolvimento há cerca de 25 anos. Temos hoje cerca de 100 investigadores a trabalhar na nossa equipa. Nos últimos anos, desenvolvemos dois medicamentos para o tratamento de epilepsia que foram lançados em 2009 e que estão hoje presentes em dezenas de países da Europa, Estados Unidos e Angola. E desenvolvemos um segundo medicamento para tratamento da doença de Parkinson que foi aprovado pela Comissão Europeia para uso em toda a Europa, no ano passado. Ainda só o temos lançado em três países, nomeadamente na Alemanha, Inglaterra e Espanha, mas prevemos lançá-lo noutros países.

Em que áreas da medicina a empresa tem estado actualmente focada a nível da investigação para a descoberta de novas soluções terapêuticas?

Na área de investigação, as duas grandes apostas que temos é a área do sistema nervoso central, portanto a área da neurologia, e a área cardiovascular. Os dois medicamentos que desenvolvemos, um para a epilepsia e o outro para a doença de Parkinson. Portanto, duas doenças do foro neurológico.

Neste momento, como é que a BIAL se posiciona no contexto internacional do negócio farmacêutico?

No contexto internacional, somos uma pequena e média empresa. Temos muito menos recursos e capacidades do que as grandes multinacionais. O que significa que temos de crescer muito mais focados naquilo que fazemos. Não podemos investigar em muitas áreas, porque não temos tanta capacidade de investimento, não dispomos de recursos humanos para desenvolver todo esse trabalho e, por isso, temos de ser muito focados e eficientes naquilo que fazemos. Mas, em Angola, a BIAL é a top três de vendas de medicamentos.

Mercados & Finanças

DIPLOMACIA FINANCEIRA INTERNACIONAL DÁ FRUTOS

Valter Filipe apresenta Banco da China como ganho das viagens ao estrangeiro

BANCA. Governador do banco central vê na entrada dos chineses no sistema bancário nacional o fruto das várias saídas da sua administração ao exterior. Estratégia é para continuar e prevê mais ‘conversas’ com outras entidades financeiras internacionais, no mesmo modelo que prevê recolocar o Deutsche Bank em Luanda.

Por Nelson Rodrigues

O número de instituições bancárias registadas no Banco Nacional de Angola (BNA) subiu para 30, com a integração, desde a semana passada, do primeiro banco asiático ao sistema financeiro nacional, o Banco da China Limitada, facto que o governador do banco central, Valter Filipe, associa às várias viagens da sua administração ao estrangeiro.

De acordo com o governador, que discursava na cerimónia de apresentação do Banco da China, a integração dos chineses no sistema bancário doméstico poderá massificar o crédito à economia, além das ajudas com as necessidades cambiais.

“A iniciativa ora consumada também é fruto de um conjunto de acções de diplomacia financeira que vêm sendo realizadas pelo Banco Nacional de Angola junto dos seus parceiros internacionais”, regozija-se Valter Filipe, apontando para as várias viagens e contactos desenvolvidos por sua administração e as realizadas pela equipa económica do Governo.

Com a retirada dos bancos correspondentes do país, o BNA tem-se lançado, desde Setembro de 2016, numa ‘campanha’ de recuperação da imagem da banca. A missão já esteve na África do Sul, Portugal, França, Inglaterra e Itália. O alemão Deutsche Bank foi um dos alvos de Valter Filipe, tendo ficado a garantia de que esta instituição regressaria a



Valter Filipe, governador do BNA

Angola ainda no primeiro trimestre deste ano.

Às mais-valias da entrada dos chineses do mundialmente conhecido por Bank of China (BOC), Valter Filipe juntou a possibilidade de incremento das trocas comerciais entre os dois Estados, pela relação e facilidade que os demais bancos passam a ter nas transacções internacionais com o país de Xi Jinping e o mundo.

O BNA contabiliza que, em 2015, as trocas comerciais entre Luanda e Pequim ficaram em 19,7 mil milhões de dólares, apesar do difícil quadro económico nacional, desde o segundo semestre de 2014.

“Estou em crer que todos nós consideramos a importância de que se reveste o dia de hoje, por representar um grande contributo no incremento das relações económicas e financeiras entre a

MEMORIZE

● Segundo contas das Finanças, a carteira actual de operações com o Banco da China compreende um conjunto de três projectos, com um montante global de financiamento (excluindo o downpayment) na ordem dos 381 milhões de dólares.

República de Angola e a República Popular da China, que conheceram o seu ponto mais alto aquando do financiamento necessário para a reconstrução e desenvolvimento de Angola”, sublinhou Valter Filipe, que elencou quatro novos desafios a seguir.

Da lista de estratégias do BNA, vão prosseguir, como enumerou o seu governador, o estreitamento

das relações com instituições homólogas das principais economias mundiais e com os principais centros financeiros internacionais; os “compromissos que contribuem para garantir uma imagem positiva do sistema bancário nacional”, além de se desenvolver esforços no sentido de reduzir o grau de incerteza actual do sistema financeiro nacional, através da criação das condições de monitorização da actividade económica e financeira nacional.

A agenda do banco central para recuperação da ‘confiança’ internacional fecha com a estratégia de prestar informações aos seus parceiros internacionais sobre a existência de condições de estabilidade monetária e financeira em Angola, com vista a adequar o sistema bancário angolano às normas e boas práticas internacionais.

FINANÇAS PEDE CORRESPONDÊNCIA

Do Governo, saiu o apelo para a necessidade de correspondentes bancários para os bancos angolanos, assim como para os vários pagamentos de operações a que os empresários nacionais venham precisar junto dos fornecedores estrangeiros. Foi o ministro das Finanças, Augusto Archer Manguera, o portador da mensagem, falando para dezenas de empresários chineses, angolanos e para o conselho de administração do Banco da China, representado ao mais alto nível por Chen Siqing, presidente da entidade. “A cooperação entre o Banco da China e o nosso país começou com o financiamento de quatro projectos para o sector das telecomunicações, num montante global de 109,76 milhões de dólares. Estes projectos estão concluídos e totalmente desembolsados, desde Outubro de 2012”, lembra o ministro angolano.

MAIS TRÊS GRANDES PROJECTOS

Segundo contas das Finanças, a carteira actual de operações com o Banco da China compreende um conjunto de três projectos, com um montante global de financiamento (excluindo o downpayment) na ordem dos 381 milhões de dólares. Iniciativas que devem contar com cobertura da agência de crédito à exportação chinesa.

Archer Manguera assegurou os accionistas do Banco da China sobre os “progressos” que o país já deu em matéria de cumprimento das regras prudenciais de natureza financeira. “Evolui-se muito em Angola em matéria de cumprimento das regras de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. Contudo, tarda o reconhecimento desse esforço e o reatamento das relações com bancos correspondentes internacionais”, finalizou.



O **BALANÇO FINANCEIRO** do Banco Atlântico Europa registou um lucro expressivo de 74% para 1,7 milhões de euros, no primeiro trimestre, face ao mesmo período de 2016, impulsionado pela melhoria da performance operacional, nomeadamente das comissões líquidas, indicam dados da entidade divulgados no fim da semana passada.



O **MONTANTE DE NOTAS** e moedas em circulação atingiu, durante o mês de Abril, 422,17 mil milhões Kwanzas, que corresponde ao menor valor desde Novembro de 2014. De acordo com último Research Atlântico.

DESDE QUE INICIOU OPERAÇÕES HÁ TRÊS MESES

Banco Postal soma mais de 20 mil clientes e milhares de operações

BANCA. Entidade participada por empresa estatal e mais dois privados já conta com mais de 20 mil clientes, além de várias transacções registadas. Hoje é lançado oficialmente o Xikila Money, a primeira unidade de negócio do banco. Instituição prevê mais de duas unidades ainda este ano.

Mais de 20 mil pessoas já abriram contas no Banco Postal e efectuaram milhares de transacções, nos primeiros três meses desde que iniciou operações, soube o VALOR de uma fonte pró-

xima ao conselho de administração da instituição.

De acordo com dados cedidos, as contas abertas foram constituídas na mesma altura em que se testava a tecnologia de suporte ao serviço Xikila Money, unidade de negócio do banco que permite pagar contas e fazer múltiplas operações a partir do telemóvel, um segmento que

deve ser lançado oficialmente esta segunda-feira, 12.

“O que aconteceu [até agora] foi a campanha de apresentação do Banco Postal. Mas [o serviço Xikila Money] ainda não está verdadeiramente a operar. Pela semana [esta segunda-feira], é a primeira operação do produto”, sublinhou a fonte, que pediu para não ser identificada.

Questionado sobre o número de transacções e somas movimentadas durante o “período de teste”, a fonte conta ao VALOR o registo de várias operações, apesar de não precisar números.

Para os próximos três meses, aguarda-se o lançamento de mais duas unidades de negócios, nomeadamente o Comércio e Empresários, e por fim o ‘Corporate&Personal’, a última unidade de negócio da lista de estratégia do banco a que o VALOR teve acesso.

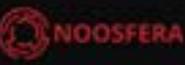
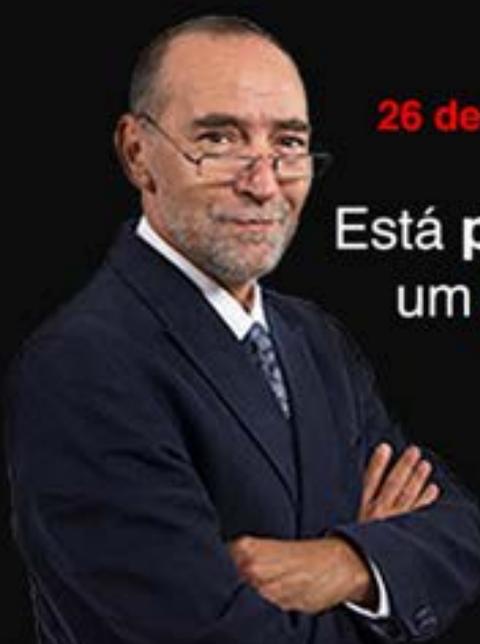
O banco é participado pelo Estado, por via do grupo ENSA e dos Correios de Angola, que respondem por 30% do capital social, sendo que a maior parte, 65%, é suportada pela EGM

Capital, do empresário N’gunuTiny, e mais 5% da sociedade C8 Capital, outro grupo privado no negócio.

Além do Xikila Money, o banco deve lançar mais duas unidades, também designadas por ‘Banco Postal Comércio e Empresários’ e o ‘Banco Postal Corporate e Personal’.

No Xikila Money, que abrangerá particulares com rendimento médio, médio-baixo e baixo sem contas bancárias, o banco criou uma rede de distribuição baseada em agentes e quiosques. “Está focada no segmento de clientes particulares não bancarizados e não servidos adequadamente”, explica a administração do banco, na sua estratégia operacional.

PUB

26 de Junho a 7 de Julho 2017

Está preparado para ser um **Líder adaptativo?**

Talatona -Luanda

Paulo Finuras, Ph.D

[Bio] Liderança Adaptativa®

A ciência da Liderança para desenvolver as capacidades de coordenação e influência

Benefícios deste workshop

1. Conheça uma forma inovadora de abordar os «segredos» da liderança para que os vossos gestores sejam mais eficazes na coordenação, influência e desenvolvimento das equipas que dirigem!
2. Obtenha uma visão alternativa sobre a liderança numa perspetiva evolutiva e adaptativa, desvendando as fundações psicológicas dos líderes e dos liderados.
3. Identifique os problemas básicos dos grupos e os perfis cognitivos de liderança adequados para os resolver de forma eficaz.
4. Adquirir pistas de desenvolvimento pessoal face às suas características e à sua realidade organizacional

PAULO FINURAS

PRIMATAS CULTURAIS

Evolução e Natureza Humana

Por que somos o que somos e fizemos o que fazemos!



humanskillsangola@gmail.com

Organização

HS - Human Skills®
Consortium

Apoio

PRENOVA, LDA

Media Partner

valor ECONÓMICO

Mercados & Finanças

PELA QUARTA VEZ EM 17 MESES

Taxa de absorção de liquidez fixada nos 5,25% para estimular crédito



16%

Taxa básica de juro (Taxa BNA)

sobre a alteração à TFPL, nem sobre a manutenção das outras taxas, designadamente a taxa básica de juro (Taxa BNA), em 16%, e a taxa de juro da facilidade permanente de cedência 'overnight' de liquidez, para 20 %, ao ano.

BANCÁRIOS JUSTIFICAM-SE COM LEILÕES DE DIVISAS

O presidente da Associação Angolana de Bancos (ABANC), Amílcar Silva, arrisca outras possibilidades e exemplifica com a compra pelos bancos, de Janeiro a Abril, de cerca de 1,3 mil milhões em divisas, nos leilões do banco central, o que poderá estar na base da fraca liquidez em kwanzas nos bancos e da redução da taxa de juro de absorção de liquidez para 5,25%.

“Como durante os primeiros quatro meses do ano, até Abril, o BNA vendeu à volta de um bilião e 300 mil de divisas, ficou um bocado de dinheiro nos bancos, ou já não fazem pressão sobre as divisas, e o BNA baixa a taxa (...). Entendendo que os níveis de liquidez são estáveis, e que há pouca pressão sobre as divisas, o banco central baixa a taxa de juro da facilidade permanente de absorção de liquidez”, explica Amílcar Silva, um dos mais antigos bancários do país.

MEDIDA ALTERA INFLAÇÃO

Apesar de a medida tender para o aumento do crédito à economia e, por esta via, devolver liquidez ao mercado, o especialista Yuri Quixina receia que o mecanismo altere a trajectória descendente da inflação, justificado com a teoria económica de que “quanto maior poder de compra, maior alta nos preços”.

“Mas esta magnitude não é suficientemente elevada para influenciar o aumento da inflação. Ou seja, não é suficientemente elevada para fazer com que as pessoas tenham muito dinheiro e procurem por muitos bens e serviços. Mas, se, de facto, a tendência é conceder liquidez na economia, a tendência é ter uma trajectória de alta nos preços”, remata Quixina.

POLÍTICA MONETÁRIA. Dois especialistas explicam ao VALOR as razões e implicações de curto prazo do corte de dois pontos percentuais à taxa da facilidade de absorção de liquidez. Amílcar Silva e Yuri Quixina concordam que a culpa é da falta de liquidez. Mas a medida gera incerteza quanto à inflação.

Por Nelson Rodrigues

O Comité de Política Monetária (CPM) do Banco Nacional de Angola (BNA) decidiu baixar para 5,25% a taxa de juro da facilidade permanente de absorção de liquidez, um corte de dois pontos percentuais face aos anteriores 7,25%, no que constitui a quarta mexida desde Janeiro de 2016, de acordo com um comunicado do organismo, disponível na página do banco central.

A taxa de juro da facilidade permanente de absorção de liquidez (TFPL) é um dos vários instrumentos de política monetária que o banco central utiliza para controlar os níveis de liquidez na economia, seja pelo aumento, seja pelo enxugamento da massa monetária em circulação, além de ser utilizado na necessidade de atrair os bancos a fazer depósitos junto do banco central, dependendo das remunerações. Ou seja, quando a taxa de juro da facilidade permanente de absorção de liquidez é elevada, os bancos ganham mais, quando é baixa, o retorno dos depósitos é igualmente baixo.

TAXA DE JURO DA FACILIDADE DE ABSORÇÃO DE LIQUIDEZ NOS ÚLTIMOS 17 MESES

Jan.2016	1,75%
Fev.2016	1,75%
Març.2016	2,25%
Abr.2016	2,25%
Mai.2016	2,25%
Jun.2016	2,25%
Jul.2016	7,25%
Ago.2016	7,25%
Set.2016	7,25%
Out.2016	7,25%
Nov.2016	7,25%
Dez.2016	7,25%
Jan.2017	7,25%
Fev.2017	7,25%
Mar.2017	7,25%
Abr.2017	7,25%
Mai.2017	5,25%

Esta é a quarta vez, desde Janeiro de 2016, que o CPM altera a TFPL. De Janeiro a Fevereiro do ano passado, a taxa estava fixada em 1,75%, sendo que, de Março a Julho, a taxa foi alterada para 2,25%. De lá a Maio deste ano, a taxa deu um salto de cinco pontos percentuais (pp) para 7,25%,

até à última mexida do dia 30 deste ano, fixada em 5,25% (ver gráfico).

A redução de 2 pp à anterior TFPL sinaliza que, nos últimos meses, semanas ou dias, houve contracção das disponibilidades em moeda nacional nos bancos comerciais, nas empresas e até nas famílias.

Esta possibilidade é defendida por Yuri Quixina, consultor e analista económico, que considera ser estratégia do regulador mexer na taxa de absorção pela necessidade de liquidez no mercado. “A grande interpretação que podemos fazer é que o banco central quer que a banca conceda crédito. Quer que a banca não guarde dinheiro. O BNA quer que, efectivamente, se conceda crédito às famílias ou a outros bancos”, explica o economista.

Das várias conclusões de Yuri Quixina, o aumento da liquidez no mercado ganha maior acento, porque, segundo justificou, “se o BNA quisesse tirar liquidez, iria aumentar essa taxa, para atrair os bancos a fazer depósitos no banco central”.

“É interesse do BNA aumentar liquidez na economia. O BNA acha que, de facto, os kwanzas estão a desaparecer e agora quer reverter a política (...). Quem guardar dinheiro no BNA vai ter retorno de nada. Então, os bancos não vão deixar lá o dinheiro, preferem ‘emprestar’ ao cidadão, ou emprestar a outro banco”, sublinha Quixina, para quem a estratégia é também mecanismo para ajudar bancos em situação de aperto.

O comunicado saído da reunião de 30 de Maio, o CPM não justifica

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

Empresas & Negócios



Chevron terá detectado falhas operacionais.

NO SOYO

Chevron proíbe trabalhadores de viajar em aviões da Sonair

AVIAÇÃO. Auditoria da Chevron detectou falhas de procedimentos operacionais nos voos da Sonair. Como medida de precaução, companhia ‘migrou’ de operadora área, recorrendo aos serviços da TAAG para transporte do pessoal.

Por Valdimiro Dias

A petrolífera norte-americana Chevron orientou os trabalhadores da companhia baseados no Soyo, afectos ao projecto Angola LNG e outros campos petrolíferos, localizados naquela zona, a não fazerem uso dos aviões da companhia Sonair, na deslocações para Luanda e vice-versa, em razão de uma auditoria ter detectado falhas nos procedi-

mentos operacionais, revelou uma fonte da companhia ao VE.

A fonte explicou que a medida, imposta desde a semana passada, deve durar até que a Sonair ultrapasse as alegadas falhas, razão pela qual a petrolífera norte-americana optou por migrar a prestação deste serviço para a TAAG, nas deslocações do pessoal afecto à companhia para a rota Soyo – Luanda e vice-versa.

Sem avançar detalhes, a fonte explica que estarão em causa falhas relacionadas com a segurança dos voos, situação que, no sector petrolífero, é sempre colocada em primeiro lugar.

Contactada, a porta-voz da Chevron, Antónia Freitas, não confir-

mou nem desmentiu a informação, argumentando, no correio electrónico enviado à redacção, que não é prática da empresa comentar sobre “assuntos operacionais publicamente”. “Estabelecemos relações de confiança e mutuamente benéficas ao colaborar com as nossas comunidades, Governo, clientes, fornecedores e outros parceiros comerciais”, refere.

Em resposta às perguntas do VALOR, a Sonair confirmou, no entanto, que “foram identificadas algumas insuficiências operativas que necessitam de ser melhoradas e corrigidas”, acrescentando que “isso está a acontecer agora com a criação de uma ‘task force’ específica da Sonair, que está a trabalhar activamente em contacto estreito com os técnicos da petrolífera Chevron”. Confirmando a auditoria realizada pela Chevron, “no âmbito das

500

Mil, horas de voo realizadas pela Sonair desde a sua criação em 1979.

excelentes relações institucionais e comerciais existentes entre as duas companhias”, a Sonair explica que se trata de “um processo absolutamente normal”, e que o mesmo “não provocou quaisquer alterações na relação comercial” entre as duas companhias. “Trata-se apenas de mais um passo no âmbito do processo de transformação da Sonangol e suas subsidiárias, mantendo o foco na transparência, rentabilidade, rigor e excelência”, argumenta a empresa.

Fonte do INAVIC declarou ao VALOR que a instituição realiza auditorias regulares à Sonair e não detectou, até ao momento, “quaisquer irregularidades”, acrescentando não perceber a decisão da Chevron.

A Sonair é a empresa subsidiária da Sonangol EP, que tem como objecto o apoio com transporte aéreo à actividade de exploração petrolífera. Realiza diariamente voos para o Soyo, com a maioria dos lugares reservada para os trabalhadores das companhias operadoras e prestadoras de serviços. O restante de vagas é canalizado para o público em geral que recorre à companhia.

A fonte explica que o “maior receio” para o caso da Sonair poderá ser a possibilidade de as outras com-

panhias petrolíferas que operam no Soyo seguirem o exemplo da Chevron, situação que poderia agravar os resultados operacionais da companhia aérea. No ano passado, fruto dos ajustamentos operados pelas petrolíferas, a Sonair acabou por ver o fluxo de transporte de passageiros reduzido para metade.

Recentemente, as autoridades norte-americanas dos transportes autorizaram a abertura ao público, a partir de 1 de Maio, dos voos que ligam a cidade de Houston, (Texas-EUA) à capital angolana, também conhecido por Houston Express, operados pela Sonair. Membro da comissão executiva da empresa, Filomeno da Luz Conceição Marlath considerou, na ocasião, o anúncio “uma mais-valia”, uma vez que permitiria maior captação de clientes.

Antes, o voo destinava-se unicamente aos parceiros da comunidade de empresas ligadas ao sector petrolífero.

A Sonair é uma subsidiária do grupo Sonangol. Nasceu em 1979 com a criação da divisão aeronáutica, tendo transportado, ao longo dos 38 anos da sua existência, sete milhões de passageiros, com o registo de 500 mil horas de voo.



A UNIDADE DE NEGÓCIOS da empresa Angola Telecom, designada Infracat, vai evoluir para uma sociedade comercial, a curto prazo, afirmou o ministro das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, José Carvalho da Rocha, na passada sexta-feira.



A EMPRESA Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea (ENANA) promoveu, no Luena, um encontro com a classe empresarial que visou encontrar parceiros para ajudar a definir e implementar negócios.

TRABALHADORES DA EMPRESA HÁ 15 MESES SEM SALÁRIOS

Accionistas resistem à liquidação e dissolução da FIL

CONFLITO. Empresa gerida por Matos Cardoso está em 'águas turvas' desde o ano passado. Trabalhadores avançam para tribunal contra a administração e dizem-se abandonados pelo Governo.



Matos Cardoso,
PCA da FIL

Por Isabel Dinis



Ministério da Economia (MINEC) tem estado a fazer diligências, “mas sem sucesso”, junto dos accionistas da empresa

FIL, que organizava a maior bolsa de negócios de Angola, FILDA, para se proceder à dissolução e liquidação da empresa, informou ao VALOR a comissão de trabalhadores da empresa.

A comissão fez saber que, numa carta endereçada à ministra dos Assuntos Parlamentares, Rosa Luís Micoló, o MINEC declarou que, devido à situação financeira “deficitária” da FIL cuja reversão se revela “difícil” a curto prazo, o ministério tem vindo a solicitar diligências para a dissolução e liquidação da empresa.

A carta do MINEC à ministra surgiu em resposta ao ofício que os trabalhadores endereçaram à Assembleia Nacional, em reclamação pelos 15 meses de salários em atraso que a administração da FIL, liderada por Matos Cardoso, não se disponibiliza a liquidar, e depois de esgotadas as tentativas de resolução interna.

Na carta, o MINEC explica que os “encargos para com os trabalhadores da FIL, SA relativamente aos salários e eventuais indemnizações compensatórias para a dissolução da sociedade deverão ser suportados com as receitas arrecadadas com a alienação do património residual da sociedade”.

A missiva reforça que os trabalhadores pertencem à FIL e não à FILDA, “o que significa que são de uma empresa privada e não do Estado”. Em jeito de protesto contra essa afirmação, a comissão dos trabalhadores explica que muitos funcionários que integravam a empresa transitaram da ex-feira Expo Angola para a FIL.

60

Número de trabalhadores da FIL sem salários

A situação em que os trabalhadores se encontram, agravada desde Outubro do ano passado, resultou em duas greves em Dezembro, mas sem sucesso. A comissão afirma que, desde Outubro, que Matos Cardoso não comparecia nas instalações da FILDA para dar qualquer explicação ou administrar a empresa. As greves resultaram em dois encontros, um dos quais com a presença da Polícia, mas também com resultados “falhados”.

O VALOR tentou contactar a administração da FIL, mas sem sucesso.

A ‘VER NAVIOS’

Depois de mais de nove meses sem salário e sem solução interna, os trabalhadores da FIL começaram a procurar soluções externas, junto de órgãos do Governo e de “figuras importantes”.

Os funcionários endereçaram cartas e pedidos a várias instâncias, como o MINEC, Casa Civil do Presidente da República, Assembleia Nacional, Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), MPLA e ao candidato à presidência da República de Angola, do partido no poder, João Lourenço.

A Casa Civil enviou a carta ao MINEC e este, em resposta, declarou que a empresa era privada e a “ela cabia pagar o salário dos seus funcionários”. Na missiva ao MAPTSS, este órgão interpelou a administração, que fez saber de “imediatamente” que não tinha dinheiro para pagar aos trabalhadores. O MAPTSS aconselhou os trabalhado-

res a encaminharem o caso ao tribunal, que já tem um processo e aguarda desenvolvimentos.

Da Assembleia Nacional, através da ministra Rosa Luís Micoló, os mais de 60 trabalhadores receberam a promessa de ajuda com um advogado para os representar em tribunal.

O pedido de ‘socorro’ chegou aos demais accionistas que, segundo os trabalhadores, são os bancos BAI, BPC e o Instituto para o Sector Empresarial Público (ISEP). Mas as entidades responderam que são accionistas minoritários e que a maior parte das acções pertence a Matos Cardoso. Os accionistas deixaram a questão para uma reunião da assembleia-geral em que decidirão o futuro e o pagamento de salários.

De porta a porta e sem “grandes respostas e soluções”, os trabalhadores dizem-se “cansados” e “abandonados” pelo Governo e pela administração da FIL. A última reunião do grupo ocorreu na quarta-feira passada, em que ficou acordado endereçar “um grito de socorro” ao Presidente da República, caso as entidades solicitadas não resolvessem o caso.

‘NOVA’ FILDA NÃO AGRADA

Os trabalhadores dizem que tomaram conhecimento do anúncio da realização da FILDA com grande surpresa e através dos meios de comunicação social. O coordenador da comissão, Baião Luís, não entende a razão da transferência da feira para a Baía de Luanda, quando o espaço oficial da FILDA, no Cazenga, tem condições e espaço “mais do que suficiente” para acolher os 200 expositores.

A comissão lamentou também o estado degradado em que o espaço que acolhia a feira se encontra e atribuiu a culpa ao Estado. “Deviam ter posto seguranças no local, assim se evitavam os roubos de cabos e a depredação de vidros”.

Empresas & Negócios

PILOTOS 'SALTAM' PARA OUTRAS COMPANHIAS

Funcionários da Air 26 sem salários há mais de um ano

REMUNERAÇÃO. Companhia aérea privada tem cem funcionários, vários dos quais se encontram a 'sobreviver' de 'biscates'. Proibição da operadora de voar estará ligada ao não pagamento de ordenados aos colaboradores.

Por António Miguel

A Air 26 não paga salários há mais de um ano. Segundo declarações dos trabalhadores da companhia aérea ao VALOR, em 2016, foram pagos apenas três meses, enquanto, este ano, ainda não foram movimentadas quaisquer folhas salariais. Feitas as contas, a empresa deve aos colaboradores vencimentos de, pelo menos, 15 meses.

Os trabalhadores desmentem, deste modo, a informação do director comercial da empresa, Luís Arriegas, veiculadas pelo VALOR, na edição de 22 de Maio, segundo a qual a empresa "paga salários com normalidade", apesar de não estar a realizar voos, consequência da proibição imposta pelo Instituto Nacional de Aviação Civil (INAVIC).

Segundo as fontes do VE, como resultado da falta de remuneração, a maior parte dos pilotos da Air 26

encontra-se a prestar serviços noutras companhias, como a Air Jet e Air Guicango. "Estas duas empresas também usam aviões Embraer. Isto está a facilitar a saída dos pilotos para estas companhias", explica um dos trabalhadores, que se recusou ser identificado, acrescentado, que ele e os colegas "sobrevivem de biscates".

A companhia, afecta ao grupo empresarial Ducard, tem cerca de 100 trabalhadores, entre técnicos de operações, manutenção, comerciais e administrativos. As fontes garantem que nenhum funcionário foi despedido, embora haja quem, voluntariamente, tenha já deixado de comparecer ao respectivo posto de trabalho, como protesto pela falta de pagamentos dos salários.

Tal como o VALOR noticiou na edição de 22 de Maio, os aviões da Air 26 encontram-se imobilizados há mais de seis meses no Aeroporto 4 de Fevereiro (na placa doméstica), em Luanda, como consequência de o INAVIC ter recomendado uma reestruturação da empresa. Embora tenha confirmado a 'reforma' exigida pelo regulador, o director comercial



Atraso dos ordenados estará entre as razões da proibição dos voos da companhia

100

é o número de trabalhadores da Air 26. Não têm salários há 15 meses.

MEMORIZE

- **Criada** em 2006, a Air 26 pertence ao grupo Ducard, ligado aos empresários Lourenço Duarte e Frederico Cardoso. Tem seis aviões jactos Embraer, de 37 a 50 lugares, e voa, a partir de Luanda, para quatro destinos (Cabinda, Soyo, Benguela e Ondjiva). Os mais de 100 funcionários da empresa são todos angolanos.

da Air 26, Luís Arriegas, não comentou as suas motivações, mas fontes do INAVIC justificaram-se com irregularidades na segurança operacional.

As fontes avançam, no entanto,

que a dívida salarial da empresa para com os trabalhadores estará também na origem da decisão do INAVIC em suspender os voos da Air 26. Até ao momento, desconhecem-se os 'timings' de conclusão da reestruturação da empresa, mas fontes do INAVIC garantem que o levantamento da suspensão depende somente da Air 26. "Estamos todos admirados. Como é que a nossa empresa que era a maior de aviação privada, de repente, fica à beira da falência?", interrogou-se um funcionário.

As lojas, da companhia sediada em Luanda, continuam abertas, mas não podem vender bilhetes até ao desbloqueio do regulador da aviação civil. As perdas financeiras da empresa, acumuladas por causa deste dossier, são desconhecidas, mas o director comercial tinha já avançado que a Air 26 tem beneficiado de descontos no pagamento das taxas de estacionamento das aeronaves. "Nestas situações, basta informar à Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea (ENANA) para ver reduzidas as taxas de estacionamento".

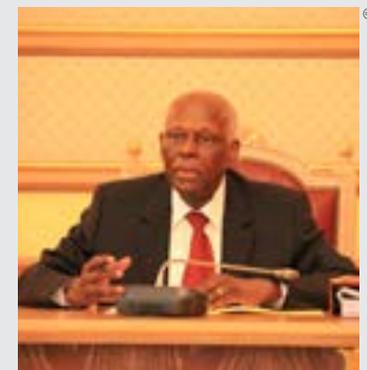
INDÚSTRIA

Governo cria nova fábrica de uniformes militares

O Executivo aprovou a criação de uma nova empresa pública, destinada a produzir calçados e uniformes militares para reduzir as importações desses equipamentos. A decisão consta de um decreto presidencial, aprovado na última reunião do Conselho de Ministros, presidida pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

A empresa fabril de calçados e uniformes é uma entidade pública, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que tem, por objecto principal, a confecção de calçados e uniformes militares, refere o comunicado final da reunião do Conselho de Ministros.

Em 2015, a agência Lusa noticiou que Angola aprovou a compra de fardamento e outro equipamento militar no valor de 44,6 milhões de dólares à China Xinxing and Export Corporation que, segundo informação da própria empresa, conta com 180.000 trabalhadores e mais de 50 subsidiárias da área militar, como fábricas de vestuário, calçado e protecção individual.



O GRUPO VALE FÉRTIL vai investir 65 milhões de dólares na exploração e transformação de fosfato, na localidade do Lucunga, província do Zaire. A concessão dos direitos foi feita pelo Ministério da Geologia e Minas, na passada quarta-feira.



A EMPRESA CHINESA Beijing Global Safety Technology Co Ltd assinou, com o Governo, um contrato para a instalação de um sistema integrado de segurança pública, orçado em cerca de 62,6 milhões de dólares, informou a companhia, em comunicado.



CENTRALIDADES DE CAPARI E KM 44 ADIANTAM-SE

Vendas nas centralidades arrancam em duas semanas

HABITAÇÃO. Imogestin apresenta portal para as candidaturas às centralidades do Estado. Canal servirá apenas para a opção de venda livre ao público. Função pública e grandes empresas contactarão directamente a imobiliária.

Por Valdimiro Dias

A empresa que gere a construção e venda das centralidades e urbanizações do Estado inicia a comercialização de mais de 26 mil habitações na última semana de Junho, com o início das candidaturas, via internet, anunciou o seu porta-voz, Mário Guerra, na conferência de imprensa que serviu para o lançamento do portal de candidaturas, na última semana. As centralidades de Capari (Bengo), com 3.504 unidades, e Km 44 (Luanda) são as primeiras a serem disponibilizadas ao público, sendo que nas demais, como as do Zango O e Zango 8.000, ambas em Luanda, as casas devem começar a ser comercializadas dentro de três meses, condicionadas à conclusão das infra-estruturas externas (energia eléctrica, água, construção das vias de acesso e saneamento básico). Com a prestação mensal fixada em 27.619 kwanzas, as casas da centralidade do Capari, do tipo T3, estão

TABELA DE PREÇOS DAS CENTRALIDADES DA IMOGESTIN

Centralidades Kapari - Tipologia T3			
Número de Unidades	Preço	Prestação Mensal Em kzs	Rendimento mínimo familiar
3504	4.980.000 ksz	276.619	69.048 kzs
Centralidade Km 44 -Tipologia T3			
Número de Unidades	Preço	Prestação Mensal	Rendimento mínimo familiar
2248	5.810.000 kzs	32.222	80.555 kzs
Zango 0 - Tipologia T3			
Número de Unidades	Preço	Prestação Mensal	Rendimento mínimo familiar
1456	18.260.000	101.270	253.175 kzs
Zango 0 - Tipologia T4			
Número de Unidades	Preço	Prestação Mensal	Rendimento mínimo familiar
1008	23.240.000	128.888	322.220 kzs
Zango 8000 -Tipologia Vivenda T3 Isolada			
Número de Unidades	Preço	Prestação Mensal	Rendimento mínimo familiar
1480	11.620.000	64.444	161.110 kzs
Zango 8000 - Tipologia vivenda T3 Geminada			
Número de Unidades	Preço	Prestação Mensal	Rendimento mínimo familiar
1300	10.790.000	59.841	149.603 kzs
Zango 8000 - tipologia Apartamentos T3 sem elevador			
Número de Unidades	Preço	Prestação Mensal	Rendimento mínimo familiar
5220	8.300.000	46.032	115.080 kzs

tabeladas em 4,98 milhões de kwanzas, o que exige do interessado uma remuneração mínima mensal de 69.048 kwanzas.

A estreia da Imogestin, depois de mais de três anos a assumir a gestão do processo em substituição da Sonip, fica marcada pela introdução de algumas novidades. Contrariamente ao processo anterior, não será exigido um capital inicial nem o pagamento de várias prestações à entrada. Apenas será exigida a prestação mensal, de acordo com o director financeiro da imobiliária, Pacilio Lucambani.

Outra novidade reside no facto de o Governo, por via de decretos executivos, ter estabelecido quotas de vendas para três segmentos, distribuídos em 40% para a função pública, 30% para a venda ao público dirigido e 30% para a venda livre.

Nas duas primeiras modalidades, o porta-voz da Imogestin esclareceu que o processo para candidatos da função pública e empresas públicas vai ser conduzido pelas próprias instituições, que farão contacto directo com a imobiliária.

Além disso, os funcionários seleccionados terão de estar devidamente identificados e discriminados. Os documentos serão submetidos à Imogestin ao que se seguirá o processo de validação de acordo com os critérios definidos. A venda ao público dirigido destina-se aos funcionários de grandes empresas públicas e privadas, que possuam até mil trabalhadores, processo semelhante ao da função pública.

Na terceira opção, as candidaturas estão abertas a todas as pessoas interessadas no regime de venda livre, não servindo para a função pública nem para a venda dirigida às grandes empresas públicas e privadas.

A imobiliária informou que está também considerada para todas as províncias, com excepção de Luanda, a opção pelo arrendamento, medida justificada com o limitado poder aquisitivo nas zonas fora da capital.

O candidato a esta modalidade terá de provar que não possui capacidade para comprar e, sobre este regime, estarão disponíveis 20% das habitações para o arrendamento.

Para a Imogestin, o portal de consulta www.imocandidaturas.co.ao vai facilitar o processo de candidaturas aos interessados em adquirir uma residência e conferir maior transparência ao processo, sendo que o mesmo servirá apenas para a modalidade de venda ao público livre.

(In)formalizando

‘POR FALAR EM NEGÓCIOS...’

“Empréstimos bancários podem constituir risco”

ESTUDO. Livro sobre negócios, intitulado ‘Por Falar em Negócios... que tal integrá-los?’, do consultor financeiro António Kamané, apresenta soluções para expandir ou abrir um negócio sem recurso a empréstimos bancários.

Por Amélia Santos

António Kamané defende que, para pequenos negócios, recorrer a empréstimos bancários pode constituir um risco. Em alguns casos, o empreendedor “poderá não ter capacidade de, a curto prazo, gerar liquidez suficiente para honrar os compromissos financeiros assumidos”.

Esta e outras ideias constam do livro ‘Por Falar em Negócios... que tal integrá-los’, que António Kamané lançou, no mês passado, em Luanda.

O autor alerta que persistência e criatividade são “forças motrizes” para o nascimento e notoriedade de um negócio. Considera que este pode gerar recursos ou atrair o interesse e patrocínio de terceiros.

Dá exemplo de empreendedores de grande sucesso, como Aurora

Lopes, que começou com a venda de flores e decoração, tendo, mais tarde, evoluído para a produção de espectáculos.

O autor observa que o livro se baseia na realidade angolana. Depois de um estudo minucioso de aproximadamente dois anos, Kamané concluiu que “a maior parte das pessoas tem aptidão e recurso, e procura por apoios”, mas que, muitas vezes, “não precisamos de apoios para seguir em frente”.

O autor defende que o montante a investir no negócio “não é o principal factor” para que o negócio dê certo, mas, sim, a força de vontade, tendo em conta os recursos humanos que devem ser bem explorados. Mostrar no momento certo o que se pretende fazer é um dos passos a seguir, mas alerta para os negócios efémeros: “Estamos nisso de fazer negócios de vida efémera desde muito antes da crise”.

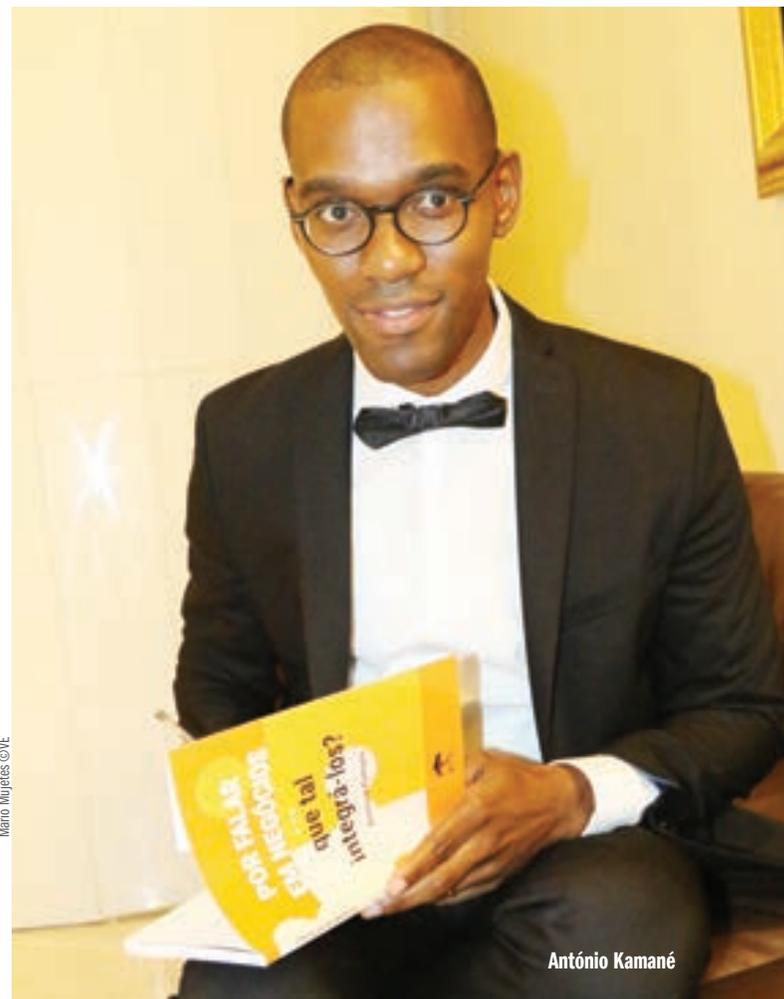
Kamané acredita que a obra pode servir de livro de cabeceira para

quem já esteja no mundo dos negócios ou queira perpetuar-se neste ramo. Contém exemplos de pessoas que dispõem de poucos recursos, mas conseguiram vencer com meios próprios. Apresenta, ainda, o ciclo de vida do produto (introdução, crescimento, maturidade e declínio).

Para quem já possui um negócio e deseja expandir a respectiva carteira, Kamané levanta várias questões, como ‘Em que negócio posso investir?’; ‘Será que o próximo negócio vai ser compatível com o que já existe?’; ‘De que forma vou implementar a minha carteira de negócios?’; entre outras.

António Kamané considera “vantajoso” criar-ser um negócio com base num passatempo, pois, ressalta, o investidor parte para o negócio já com bastante conhecimento. Aponta aspectos que podem “inibir ou desencorajar” o investidor.

A obra considera ‘integrar’ a necessidade de se obter uma carteira onde os vários negócios sejam



António Kamané

Mário Mujitates ©VE

inseridos de modo combinado, para que haja uma ligação lógica entre os mesmos.

José Severino, presidente da Associação Industrial de Angola (AIA), realça que, quando se começa um pequeno negócio, o empreendedor não se deve inibir em tornar-se “um empresário de sucesso”. Sugere que se seja “optimista, frio e calculista”.

Para Samora Kitumba, administrador do Instituto Nacional de Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), a obra é uma ferramenta para ajudar a reduzir as taxas de “mortalidade” de negócios. “Integrar negócios significa avançar passo a passo, não querer dar passos mais largos que a perna”, adverte.

Perfil do autor

António Kamané, pseudónimo de António Chadli Vitoriano Manuel, de 32 anos, é licenciado em Gestão de Empresas e possui um mestrado em Empreendedorismo e Inovação, ambos pela Universidade Agostinho Neto. Detém ainda um MBA em Finanças e Negócios, pela BBS. Desde 2008, trabalha na área de finanças e presta serviços de consultoria, em especial para pequenos e médios empreendedores.



NO KWANZA SUL

Produtores de café pedem mais incentivos ao Estado

Vários cafeicultores no Amboim, Kwanza Sul, solicitaram ao Ministério da Agricultura mais incentivos para o relançamento da produção do café na região, num encontro sobre a cafeicultura, promovido pelo Instituto Nacional do Café (INCA).

Os agricultores declararam “existir vontade” de trabalhar para recuperar as fazendas cafeeiras na região, daí a necessidade de o Estado criar políticas de financiamento para o sector. A falta de suporte financeiro tem obrigado muitos cafeicultores a substituir as plantações

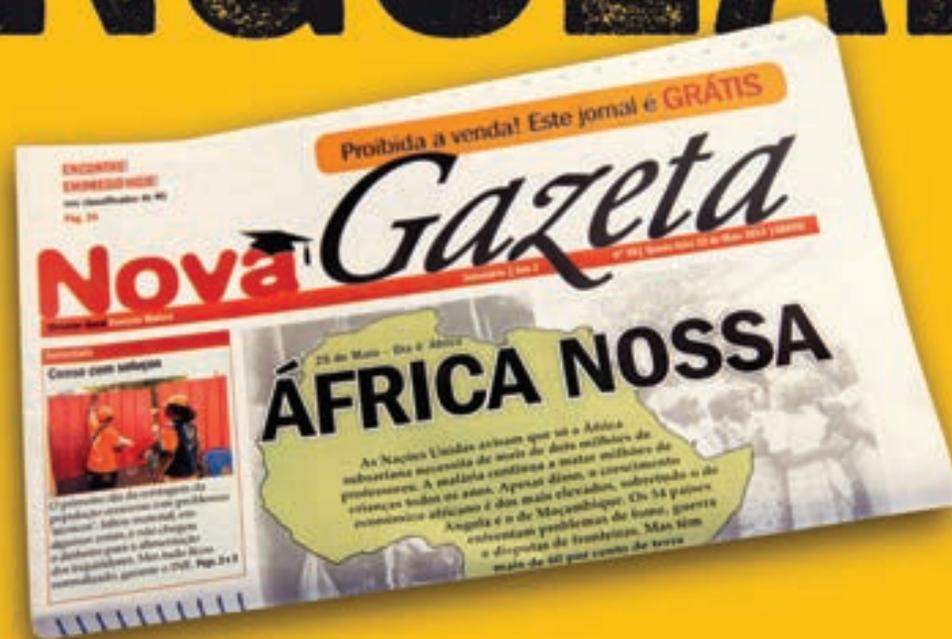
de café para as de ciclo curto, como ananas, mandioqueiras, fruteiras e hortícolas.

O cafeicultor Alberto Maneco defendeu igualmente financiamentos com juros bonificados e com um prazo de até cinco anos, para permitir que sejam, ao seu tempo, efectua-

dos os referidos reembolsos.

Por sua vez, o director nacional do INCA, Magalhães Lourenço, referiu que a instituição tem trabalhado com os bancos comerciais no sentido de financiarem a produção, desde que os produtores apresentem projectos viáveis.

100.000 BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA.



EM TODAS AS PROVÍNCIAS.

Agora, o jornal que você não dispensa para estar bem informado vai estar nas mãos de muitos mais angolanos. O Nova Gazeta tem **cem mil exemplares, todas as quintas-feiras**. Para chegar com força a todas as províncias. Com a imparcialidade, as notícias, a crítica e a actualidade que fazem falta.

www.novagazeta.co.ao

100 MIL. SEM CUSTO.

DE JURE

MONTANTE AVALIADO EM MAIS DE MIL MILHÕES KZ

Decreto presidencial aprova financiamento para partidos políticos

ELEIÇÕES. Partidos políticos terão acesso à verba antes do início da campanha, previsto para 30 dias antes de 23 de Agosto, data das eleições gerais.



Por Redacção

A verba destinada a apoiar a campanha das seis formações políticas concorrentes às eleições gerais de Agosto, avaliada em 1.040.000.000 de kwanzas (cerca de 6,2 milhões de dólares), foi já aprovada por decreto presidencial, publicado no Diário República de 7 de Junho, noticiou a Angop, na passada sexta-feira.

Segundo o decreto, o valor para o financiamento da campanha eleitoral dos partidos políticos e coligações de partidos será repartido de modo equitativo, cabendo a cada formação política um montante pouco acima dos 173 milhões de kwanzas, com base na lei de financiamento dos partidos políticos.

Assinado pelo Presidente da

República, José Eduardo dos Santos, o mesmo documento aprova também a abertura de crédito adicional a favor do Ministério das Finanças, na qualidade de unidade orçamental, no valor de 1.040 milhões de kwanzas para o pagamento das despesas inerentes à campanha dos partidos políticos.

Os partidos políticos terão acesso à verba antes do início da campanha, previsto para 30 dias antes de 23 de Agosto, data das eleições gerais.

O decreto recorda aos partidos políticos a obrigação de prestarem contas sobre as verbas atribuídas pelo Estado.

As direcções dos partidos políticos e das coligações de partidos políticos devem elaborar, anualmente, relatórios de prestação de contas, nos quais devem discriminar a utilização dos fundos recebidos do Estado, conforme estabelece o artigo 7.º da Lei do Financiamento aos Partidos Políticos.

Esta mesma lei estabelece, no seu artigo 5.º, que o “Orçamento

MEMORIZE

● **As direcções** dos partidos políticos e das coligações de partidos políticos devem elaborar, anualmente, relatórios de prestação de contas, nos quais devem discriminar a utilização dos fundos recebidos do Estado, conforme estabelece o artigo 7.º da Lei do Financiamento aos Partidos Políticos.

173

Millhões de kwanzas é a verba aproximada que cada partido concorrente às eleições gerais de 23 de Agosto deverá receber do Estado.

Geral do Estado inclui uma dotação orçamental anual para financiar os partidos políticos ou coligações de partidos políticos com assento na Assembleia Nacional, a ser distribuída de acordo com o número de votos obtidos nas últimas eleições gerais realizadas”.

Para além da dotação orçamental anual destinada aos partidos políticos e às coligações de partidos políticos com assento parlamentar, o Orçamento Geral do Estado deve incluir, também, em cada ano eleitoral, uma dotação para financiar, de modo igual, todos os partidos políticos e coligações de partidos políticos, legalmente constituídos, determina ainda a lei.

Para as eleições de 23 de Agosto próximo, o Tribunal Constitucional validou as candidaturas dos partidos MPLA, UNITA, PRS, FNLA, APN e a coligação CASA-CE.

Nas eleições de 31 de Agosto de 2012, o Estado atribuiu, de modo igual, a todos os partidos políticos legalmente constituídos a verba no valor de 9,6 milhões de kwanzas.



CONSUMIDOR

AADIC intenta acção contra ZAP e DSTV

A Associação Angolana dos Direitos do Consumidor (AADIC) assegurou, na passada sexta-feira, que vai intentar em tribunal uma acção popular colectiva contra as distribuidoras de televisão por subscrição Zap e DSTV pela exclusão dos canais do grupo português SIC, noticia a Lusa.

A posição foi defendida pelo vice-presidente da AADIC, Lourenço Texe, que considera ser uma “violação flagrante do direito do consumidor” por verem rompido unilateralmente um contrato onde estavam incluídos os canais SIC Internacional África e SIC Notícias de um “pacote previamente pago”.

“Vamos intentar uma acção popular colectiva de pessoa incerta sobre todos aqueles que se sintam ofendidos porque estamos a fazer a defesa legítima dos interesses dos consumidores que, nesse caso, somos todos nós”, disse.

De acordo com o vice-presidente da AADIC, decorre já, a nível da associação, a elaboração final da peça processual cuja petição inicial deverá ser remetida ao tribunal nesta segunda-feira.

“Estamos a sublinhar o caso da DSTV, agora, por ser apenas o mais recente e até porque a DSTV ainda cumpriu com o pressuposto legal, que é fazer uma informação ao consumidor. Já no caso da Zap, nem sequer isto aconteceu, simplesmente o canal desapareceu. Entretanto, nós estamos a trabalhar”, apontou.



Somos todos nós



SOMOS PELA INFORMAÇÃO ISENTA.

Na TPA estamos todos de acordo: é preciso falar claro para entender a actualidade nacional e formar opinião. Por isso, o programa de análise e debate da TPA tem um novo rosto e formato. Assista ao painel de jornalistas experientes que comentam os principais temas da semana, liderados por **Adalberto Lourenço**.

Todas as sextas-feiras depois do Telejornal, em directo na [tpa](#).

Reposição às segundas-feiras à 01h.



Gestão

ANGEL RICH

A mulher que está a revolucionar a gestão financeira através de jogos

CARREIRA. Angel Rich desenvolveu um aplicativo, baptizado de Credit Stacker, que ensina a elaborar orçamentos, economizar, investir e fazer transacções bancárias. Tecnologia está espalhada em 40 países e já há quem defenda que pode ser tão popular quanto o xadrez.

Por Redacção

Tal como Steve Jobs revolucionou a indústria dos computadores, a empreendedora Angel Rich propõe-se a revolucionar a educação financeira e nivelar a realidade entre aqueles que possuem dinheiro e os que não possuem.

Para atingir este desiderato, a Angel Rich desenvolveu um aplicativo, baptizado de Credit Stacker, que, segundo os usuários, é divertido, atraente e fácil de usar.

Por meio de técnicas de jogos, os módulos do Credit Stacker ensinam a elaborar orçamentos, economizar, investir, gerir créditos, fazer transacções bancárias, simular e analisar financiamentos de carros e imóveis, calcular impostos, empreender, entre outras funções. É útil para planear o futuro financeiro – desde o berço até a aposentadoria.

Num recente artigo sobre a empreendedora, a revista Forbes assinala que Angel Rich está disponível, por via deste aplicativo, de forma gratuita, em 40 países, com versões traduzidas em quatro idiomas diferentes. Entretanto,

as despesas para a expansão do aplicativo pelo mundo têm sido garantidas por distintas agências governamentais e publicitários que pagam pela tecnologia.

De acordo com a Forbes, o Credit Stacker já foi testado por usuários de quatro a 80 anos. Especialistas em jogos acreditam, depois de algumas avaliações, que a tecnologia acabará por ser tão popular quanto o xadrez, prevendo-se que venha a ser jogado por gerações.

CRENCIAIS VENCEDORAS

Já as credenciais de Angel mostram que é uma vencedora, conforme assinala a Forbes. Enquanto estava na faculdade, ganhou um desafio promovido pela gigante de investimentos Goldman Sachs pelo desenvolvimento de um algoritmo que resultou num ganho líquido na carteira de 2% quando o mercado entrou em declínio em 2008. A empreendedora venceu também uma competição da Prudential National Case pela sua planificação de marketing para alcançar millennials. Como resultado da vitória, ganhou a vaga que queria na companhia seguradora: analista de pesquisa de mercado internacional.

Angel começou a pensar no Credit Stacker em 2009, mas não deixou o seu trabalho até 2012. Gerou 6 mil milhões de dólares em



10

Mil dólares, valor atribuído à empresa de Angel Rich pela JPMorgan Chase.

40

Países, número das nações em que o projecto de Angel Rich está disponível.

Ao mesmo tempo, Angel foi a vencedora da competição Black Women Talk Tech; fez parte da edição 2016 do Historically Black Colleges and Universities 30 under 30 e recebeu um convite de doutorado de Harvard em troca das suas aulas de tecnologia da educação.

E, apesar de tudo isso, os financiamentos têm sido um enorme problema para Angel. “Meu concorrente levantou 75 milhões de dólares”, afirma ela, inconformada. “Eu ganhei os prémios de melhor produto financeiro e melhor jogo de aprendizagem. E a minha empresa arrecadou apenas 200 mil dólares”

Defensora das causas feministas, a empreendedora reuniu uma equipa de alto nível com as suas próprias credenciais de sucesso. A COO Courtney Keen foi a cofundadora da Wealthy Life e administra 1,4 mil milhões de dólares em contratos com a marinha norte-americana. Dominique Broadway, premiada especialista em finanças pessoais, é a directora-executiva de estratégia.

receitas para a Prudential e recebeu um bónus abaixo do esperado (30 mil dólares) e uma oferta de um MBA na Wharton. Ela decidiu, então, despedir-se.

Em 2013, a empreendedora lançou a The Wealth Factory Inc., uma empresa sediada em Washington, especializada em educação financeira e mão-de-obra para desenvolvimento de jogos tecnológicos também baseados em educação.

A empresa e o produto desenvolvido por Angel ganharam inúmeros

prémios. Entre eles, destacam-se o título de melhor produto de educação financeira dos Estados Unidos, concedido por Michelle Obama na Casa Branca; o melhor jogo de aprendizagem do país, segundo o Departamento de Educação; 10 mil dólares do JPMorgan Chase por ser considerado a melhor solução do mundo para redução da pobreza; 10 mil dólares do Industrial Bank; e outros 10 mil dólares pela vitória na 43.ª competição entre empresas do People Choice.

Um quadro de investimento melhor para África



WOLFGANG SCHÄUBLE



O CWA representa uma nova abordagem na política internacional de desenvolvimento. É claro que não estamos a reinventar a roda. Mas o modo de cooperação e coordenação entre os muitos agentes bilaterais e multilaterais, bem como o compromisso dos países africanos é algo novo

O enorme potencial económico africano não é novidade. Mas, até agora, decisores políticos de todo o mundo não têm conseguido definir com sucesso as medidas políticas e económicas que devem ser tomadas para permitir que África realize plenamente esse potencial. É por esta razão que a Presidência alemã do G20 lançou a iniciativa G20 África Partnership.

O G20 Compact with Africa (CWA) encontra-se no centro deste esforço para intensificar a cooperação com África. A CWA oferece aos países africanos que estejam interessados em participar a oportunidade de melhorar as condições de investimento privado, inclusive em infra-estruturas.

A estrutura da CWA é simples: os países africanos, juntamente com os seus parceiros bilaterais e organizações financeiras internacionais com experiência comprovada em África (como o Banco Africano de Desenvolvimento, o Grupo do Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional), irão desenvolver, coordenar e implementar as medidas mais apropriadas. O

principal objectivo é reduzir o nível de risco para os investimentos privados, melhorando as condições económicas e financeiras e fortalecendo assim as próprias instituições. Ao longo do tempo, o aumento resultante do investimento propiciará o crescimento e a produtividade, criará empregos e elevará o nível de vida, conforme previsto no programa da Agenda 2063 da União Africana.

O CWA representa uma nova abordagem na política internacional de desenvolvimento. É claro que não estamos a reinventar a roda. Mas o modo de cooperação e coordenação entre os muitos agentes bilaterais e multilaterais, bem como o compromisso dos países africanos é algo novo.

Nós visualizamos o CWA como um processo a longo prazo, orientado pela procura. Está aberto a todos os países africanos interessados em melhorar o seu ambiente de investimento numa base sustentável. Contudo, o mais importante é que os decisores são os próprios países africanos. Serão estes que determinarão o que querem fazer para melhorar as condições de investimento privado, com quem querem cooperar e de que forma. Só haverá sucesso, se forem os países

africanos a “possuírem” a iniciativa.

Actualmente, cinco países africanos – Costa do Marfim, Marrocos, Ruanda, Senegal e Tunísia – comprometeram-se em participar plenamente no CWA. Gana e Etiópia irão juntar-se ainda neste mês.

Os países da CWA, as organizações financeiras internacionais e os parceiros bilaterais estão a trabalhar em conjunto nos detalhes para as medidas específicas de cada país. Na reunião do G20, em Baden-Baden, em Março, alguns membros - e também países não-G20 - mostraram interesse em se tornarem parceiros bilaterais. O governo alemão também contribuirá através do quadro bilateral denominado “Plano Marshall com África” - desenvolvido pelo Ministério Federal do Desenvolvimento Económico e Cooperação.

No entanto, a nossa principal função é reunir os investidores privados com os países africanos. Na próxima Conferência da Parceria para o G20 África em Berlim, de 12 a 13 de Junho, forneceremos uma plataforma para que os países africanos consigam investidores, por forma a aumentar o envolvimento do continente com o sector privado. Os países da CWA apresentarão aos investidores, numa mesa

redonda, os elementos-chave dos seus planos de investimento. Também irão especificar as principais indústrias e projectos de infra-estruturas para os quais necessitam de fundos privados.

Após o encontro de Berlim, será iniciada a fase de implementação da iniciativa CWA. As equipas de cada país irão especificar com mais detalhe os conjuntos de medidas e considerar as metas para a sua implementação. Nesta fase, o diálogo com os investidores será particularmente significativo, porque tais conversações ajudarão os países africanos a estabelecer quais as medidas e os instrumentos cruciais para o envolvimento com o sector privado.

Para ser bem-sucedida, esta iniciativa não pode concentrar-se em resultados de curto prazo. É importante continuar para além da presidência alemã do G20, em 2017/2018, e ser apoiada pelo G20 a longo prazo. A Alemanha, claro está, continuará a assumir a responsabilidade pela implementação da CWA. O G20 será informado regularmente sobre o desenvolvimento das actividades de investimento.

O mais importante, ao enviar um sinal para outros países africanos, será o progresso alcançado pelos países participantes que irá determinar se o CWA poderá ser um sucesso para toda África. Se todas as partes envolvidas - países africanos, organizações internacionais, parceiros bilaterais e, pelo menos, investidores - colaborarem de forma conjunta, a CWA tem capacidade para promover um crescimento económico sustentável, robusto e inclusivo em todo o continente.

Ministro Federal das Finanças Alemão desde 2009, anterior Ministro do Interior de 2005 a 2009 e de 1989 a 1991, é também o presidente do partido no governo da Alemanha, União Democrática Cristã.

Internacional



EUA

Trump mau para os negócios

Já muito se disse sobre o homem que lidera a nação mais forte do mundo desde Janeiro. Desta vez, uma firma indiana passou a considerar a eleição de Donald Trump um 'factor de risco' para a realização dos seus negócios.

"Desenvolvimentos significativos relativos às recentes eleições americanas podem ter efeitos materiais adversos para os nossos negócios", escreveu a Wipro, numa carta endereçada à Comissão de Segurança Cambial, citada pela CNN.

A empresa referiu-se à oposição de Trump ao Acordo de Livre Comércio da América do Norte, especificamente à sua advocacia pela imposição de maiores restrições de comércio, como um grande risco.

O presidente norte-americano acusou, em diversas ocasiões, firmas indianas de usarem o popular programa de vistos de trabalho H-1B para enviarem milhões de trabalhadores do sector tecnológico para os Estados Unidos, "roubando" empregos aos seus compatriotas. As autoridades estimam que cerca de 70% de todos os vistos são atribuídos a imigrantes indianos.

REINO UNIDO

Theresa May faz coligação para formar governo

ELEIÇÕES. Falhou a desejada maioria absoluta, mas Theresa May desfez as intenções dos trabalhistas e anunciou, no mesmo dia, a formação de uma coligação com o Democratic Unionists Party (DUP), da Irlanda do Norte, que lhe permitiria formar um governo.

Por Redacção

Terramoto no Reino Unido, assim intitulava a CNN, na manhã de sexta-feira, 9, a sua cobertura sobre o desaire da primeira-ministra britânica, Theresa May, na votação para as eleições gerais naquele país.

Numa altura em que se aguardavam pelos resultados definitivos, no início da manhã seguinte, continuava a incógnita sobre quem formaria o governo na segunda maior economia da Europa. Para já, o candidato trabalhista, Jeremy Corbyn, desfazia-se em apelos à sua concorrente mais séria para que se demitisse, deixando-lhe caminho livre para formar a equipa executiva.

Apesar de as sondagens terem, de alguma forma, previsto o desempenho, Corbyn foi a grande surpresa da votação para o palácio de Downing Street 10.

O esquerdista Corbyn considera ter o dever moral de ser ele a formar o governo, dado que a rival conservadora foi incapaz de atingir a maioria absoluta, apesar de conquistar mais assentos na Câmara dos Comuns.

Em declarações à BBC, o líder dos trabalhistas disse que estava pronto para juntar uma equipa forte e bastante para "acabar com a austeridade" e investir nos serviços públicos. Mas o seu desejo de fazê-lo "sem coligação" esbarra na falta de vontade das outras forças políticas em concederem ao Partido Trabalhista apoio que lhe permitiria avançar.

"A nossa posição é clara: queremos um Brexit dos empregos primeiro, por isso o mais importante é

um acordo comercial com a Europa", declarou Corbyn à BBC.

Falhou a desejada maioria absoluta, mas Theresa May desfez as intenções dos trabalhistas e anunciou, no mesmo dia, a formação de uma coligação com o Democratic Unionists Party (DUP), da Irlanda do Norte, que lhe permitiria formar um governo "para assegurar a certeza". A ainda primeira-ministra aludiu "às fortes

relações" entre o Partido Conservador e o DUP para viabilizar a permanência no poder, sublinhando a vontade expressa de ambos os lados de trabalhar em conjunto para resolver os problemas de todo o país.

Arlene Foster, a líder do partido irlandês, confirmou os contactos com a sua homóloga conservadora, sublinhando que os mesmos haveriam de prosseguir. A intenção, notou, seria encontrar uma forma de "garantir estabilidade neste momento de grande desafio".

Mas o Partido Trabalhista opôs-se logo à intenção, lembrando que é o "verdadeiro vencedor das eleições". Os Lib Dems, concorrentes também derrotados, juntaram-se à controvérsia, considerando que May deveria "ter vergonha" por insistir em permanecer no cargo.

Há dois meses, Theresa May convocou eleições antecipadas para legitimar as duras políticas e decisões que se avizinham com a saída do país da zona Euro. O Brexit, como se convencionou designar, está a ser mais complicado do que se esperava e a actual líder britânica pretendia garantir maior apoio das diferentes sensibilidades do país e de Bruxelas – a sede da UE – nos passos que ainda restam dar para o abandono do maior bloco económico do mundo.

A economia britânica tem sofrido nos últimos meses devido a medidas de austeridade do anterior governo, retomadas depois pela sua colega de partido, Theresa May.

À hora de fecho da presente edição, permanecia o impasse, mas, na tentativa de perceber o que se passara, analistas convergiam no sentido de que os últimos ataques terroristas ocorridos dias antes, em Manchester e em Londres, teriam prejudicado a actual primeira-ministra nas urnas.

MEMORIZE

- O Brexit, como se convencionou designar, está a ser mais complicado do que se esperava e a actual líder britânica pretendia garantir maior apoio das diferentes sensibilidades do país e de Bruxelas – a sede da UE – nos passos que ainda restam dar para o abandono do maior bloco económico do mundo.



Theresa May terá sido prejudicada pelos últimos ataques terroristas no Reino Unido.



PORTUGAL e Cabo Verde assinaram dois programas de assistência técnica no domínio das águas e saneamento, no valor de cerca de 170 mil euros. O acordo foi assinado por entidades representativas dos dois países.



A **MINISTRA** de Segurança da Argentina, Patricia Bullrich, propôs a criação de um registo de telefones móveis que abranja todos os países do Mercosul, com o objectivo de aprofundar a luta contra os crimes internacionais.



Filipe Nyusi, presidente de Moçambique

MOÇAMBIQUE

Nyusi promete medidas contra dívidas ocultas

O presidente de Moçambique declarou a empresários e bancos internacionais que os investimentos no país estão seguros e que há medidas em curso para que o caso das dívidas

ocultas do Estado nunca mais se repita. Filipe Nyusi assegurou que, sob a sua liderança, os investimentos “estão seguros”. “Tudo temos estado a fazer para que, no futuro, situações idênticas jamais ocorram em nosso solo pátrio”. As declarações foram feitas na abertura do fórum das infra-estruturas em Tete, interior do país. O presidente apontou

a realização de uma auditoria aos 2,2 mil milhões de dólares de dívidas contraídas por empresas estatais entre 2013 e 2014, a maioria com garantias soberanas ocultas, reveladas há um ano e que levaram ao congelamento de apoios externos. “Moçambique está a dar sinais vitais de estar a ultrapassar esses obstáculos”, enfatizou.

INCERTEZA POLÍTICA

Libra derrapa mais de 2%

Considerada uma das moedas mais fortes do mundo, a libra esterlina começou a registar fortes desvalorizações na noite de quinta-feira. Segundo a BBC, o impasse político que decorreu da incerteza de quem formaria o novo governo britânico apenas contribuiu para a rara instabilidade monetária.

Mais do que a incerteza, os mercados e os analistas políticos consideraram que a volatilidade se deve, sobretudo, ao desempenho da pri-

meira-ministra. As sondagens não lhe eram de todo favoráveis mas esperavam que, com maior ou menor dificuldade, pudesse levar de vencido o candidato do Partido Trabalhista, Jeremy Corbyn. A moeda afundou mais de 2%, valendo abaixo do 1.27 dólares depois dos primeiros resultados mostrarem que nenhum dos mais fortes candidatos havia assegurado a maioria absoluta no parlamento.

Horas antes a libra estava cotada em 1.29 dólares, entretanto acima do recorde negativo (1.20 dólares) registado no dia em que os britânicos votaram pela saída do país do bloco europeu.



PUB

ARCA DA ALIANÇA

E M A N G O L A

O COMEÇO DE UMA NOVA HISTÓRIA

Jesus Cristo é o Senhor

UNIVERSAL

Ambiente

Como vai a urbanização em África?



Mário Paiva,
Jornalista,
em Dar Es Salam



A agência considera que é preciso usar mais do dobro da electricidade utilizada.

“Muitas metrópoles possuem diversas jurisdições, geridas por diferentes órgãos eleitos, estruturas ou agências governamentais locais, a maior parte das quais com planeamento fragmentado ou sobreposto e autoridades reguladoras que restringem efectivamente a gestão ambiental urbana”.

Processo de urbanização rápido, mas tardio; baixo nível de industrialização, motorização e uso de tecnologia; baixos níveis de riqueza, recursos tributários e oferta de serviços; instituições e sistemas fracos são as quatro tendências principais da urbanização no continente, que se pretende inverter ao nível internacional e regional, com a participação de governos, sociedade civil, agências das Nações Unidas e do mundo empresarial.

Com cerca de 40% do total da população urbanizada, África já vai tarde neste ‘comboio’, permanecendo, por isso, a nível global, a região menos urbanizada. Uma situação que, de acordo com as estatísticas internacionais, está rapidamente a mudar na África subsaariana cujas cidades cresceram a uma média de 4% ao ano nos últimos vinte anos, prevendo-se que cresçam ainda entre, 2,5 e 3,5% ao ano entre 2015 e 2055.

Em contraste, a media anual do índice de crescimento da população urbana está situada, segundo as projecções da OMS, entre 1.44% e 1.84% de 2015 a 2030.

Segundo um estudo do Banco Mundial divulgado na capital tanzaniana, estas projecções conduzem-nos a duas implicações importantes, numa perspectiva ambientalista.

Por um lado, sabe-se que a maior parte do espaço urbano em África ainda está em estado de emergência, com áreas onde eventualmente poderão ser erguidas construções ainda não povoadas. O que significa que são áreas virgens em termos do património natural e da biodiversidade.

Por outro lado, esta situação está a mudar rapidamente com o aumento das pressões ambientais no interior e em redor das cidades, estando o património natural seriamente ameaçado.

Em matéria de industrialização, motorização e uso de tecnologias, o continente africano permanece igualmente num nível baixo, respectivamente com os índices de 42, 25 e 39 por cada 1,000 habitantes numa amostra que abrangeu cidades tão importantes como Nairobi, Dar es Salaam e Dakar. Um panorama com evidentes reflexos negativos a nível do ambiente urbano.

Em matéria de investimentos de capital (destacando os itens de infra-estruturas, habitação e escritórios), o continente regista igualmente baixos níveis, que, segundo o estudo do BM, se situam em cerca de 20% do PIB. Para se ter um exemplo comparativo, só a China aumentou estes investimentos de 35 para 48% do PIB, durante um período em que o seu processo de urbanização subiu de 18 para 52% da população, designadamente entre os anos 1978-2012. Os investimentos de capital na Ásia oriental, no seu conjunto, continuam acima dos 40% durante

o período antes referido.

O Banco Mundial estima igualmente que, no contexto de uma rápida urbanização a nível do continente africano, aliados a outros factores como fraco planeamento urbano e débil capacidade institucional – esta conjuntura produz três impactos importantes relacionados entre si.

Primeiro, relativamente à dimensão das cidades, os recursos tributários são extremamente limitados, algo que se reflecte no baixo nível da despesa pública em infra-estruturas, as quais, com excepção da África do Sul, se situam normalmente entre 1 e 15 dólares per capita por ano.

Em segundo lugar, isto conduz a uma situação em que os recursos das famílias para investimento em habitação e pagamento de serviços correlatos são também muito limitados. Uma situação que nós, em Angola e sobretudo em Luanda, conhecemos muito bem nos últimos tempos, com o exemplo das centralidades. Isso explica igualmente por que razão em África a proporção da população que vive em habitações precárias ou informais atinge os 70% - a mais alta de todo o mundo. Como se sabe, estas populações sobrevivem num ambiente de grande pobreza, infra-estruturas inadequadas e oferta de serviços básicos precários.

Em terceiro lugar, torna-se necessário compreender o contexto de pressões políticas e sociais existentes nestes países, tendendo as

autoridades a enfatizar a oferta de serviços focados no acesso e consumo humano imediatos (água, estradas e casos afins). Deste modo, as infra-estruturas e serviços que lidam com o lixo não são priorizadas e recebem poucos recursos, ali onde estão disponíveis. Neste ambiente, a população urbana sem acesso a serviços de saneamento aumenta em grande medida, tendo passado, nas últimas duas ou três décadas, de 89 milhões de pessoas, em 1999, para 189 milhões, em 2010.

A última tendência-chave da urbanização em África está relacionada com a persistência de instituições e sistemas frágeis, considerados como essenciais para o desenvolvimento e gestão urbanos. Segundo uma recente pesquisa promovida pelo Banco Mundial em dez países africanos, esta fragilidade institucional fez com que as organizações ou instituições responsáveis pelo planeamento, gestão e governos das cidades africanas, de modo geral, sejam fracturadas do ponto de vista jurídico-legal, débeis em termos de poder real e mal capacitadas.

Não seria preciso adivinhar para ver retratada, tanto em Luanda, como na generalidade das capitais africanas, o seguinte diagnóstico do BM: “muitas metrópoles possuem diversas jurisdições, geridas por diferentes órgãos eleitos, estruturas ou agências governamentais locais, a maior parte das quais com planeamento fragmentado ou sobreposto e autoridades reguladoras que restringem efectivamente a gestão ambiental urbana”.

Mesmo nas cidades consideradas mais avançadas em África em termos de gestão, tais como Durban na África do Sul, falhas deste tipo provocam muitos constrangimentos.

A inexistência de competências claras em matéria de terras ou de autoridades sobrepostas, sistemas de propriedade contraditórios, nos quais os direitos são frequentemente contraditos, com administrações locais ineficientes e corruptas, associadas à legislação anacrónica perfazem o quadro ainda negativo da urbanização continental. Também aqui, o cenário se repete.

Educação & Tecnologia

CONSELHO DE MINISTROS

Designação das instituições de ensino pode ser alterada

PROPOSTA. Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros prevê que alterações possam determinar que a criação e o desempenho de instituições sejam enquadradas em níveis de qualidade.

A

Proposta de alteração pontual à Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino foi apreciada, na passada semana, em Luanda, durante a 4.ª sessão ordinária da Comissão para a Política Social do Conselho de Ministros.

A referida alteração, segundo o comunicado final do encontro, diz respeito à designação das instituições que ministram o primeiro ciclo do ensino secundário geral e do ensino técnico profissional, bem como sobre a tipologia das instituições de ensino superior.

A comissão apreciou igualmente uma proposta de Política Nacional de Educação Especial Orientada para a inclusão escolar, cujo documento estabelece as directrizes para que as redes de ensino assegurem o direito de acesso a uma educação de qualidade para todos os alunos, sem

MEMORIZE

- A comissão analisou um projecto de Decreto Presidencial que altera o regulamento de bolsas de estudo internas, com vista a promover a formação de quadros de nível pós-graduado científica com relevância para o desenvolvimento local, regional ou nacional.

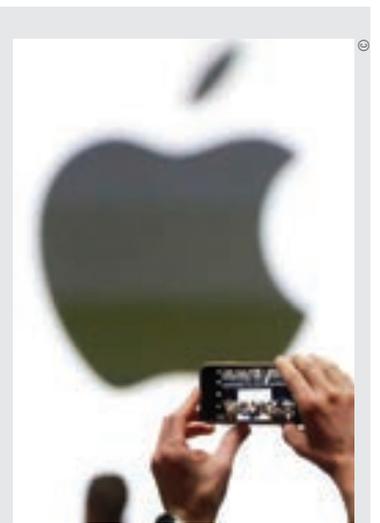


discriminação, particularmente os com deficiências de várias índoles.

Esta iniciativa promoverá a criação de escolas abertas à diversidade, sem barreiras que dificultem o acesso à permanência e conclusão dos ciclos de ensino, respondendo aos problemas pedagógicos.

Por outro lado, ainda relacionado ao ensino superior, a comissão analisou um projecto de Decreto Presidencial que altera o regulamento de bolsas de estudo internas, com vista a promover a formação de quadros de nível pós-graduado científico com relevância para o desenvolvimento local, regional ou nacional.

Foi de igual modo apreciado um projecto de Decreto Presidencial que revoga o Decreto Presidencial N-82/16, de 18 de Abril, passando a determinar que as iniciativas de criação e de desempenho de instituições de ensino superior sejam enquadradas em níveis de qualidade a definir no Sistema Nacional de Garantia de Qualidade do Subsistema de Ensino Superior.



VENDA DE DADOS

Funcionários da Apple detidos

Vinte e duas pessoas, incluindo 20 funcionários da Apple, foram presas pelas autoridades chinesas, como parte de uma investigação à venda de bases de dados de clientes da multinacional norte-americana.

Os suspeitos são acusados de invasão de privacidade e usurpação de dados pessoais, disse, em comunicado, a polícia da província de Zhejiang, leste da China.

Os detidos terão alegadamente usado o sistema de informação da Apple para recolher nomes, números de telefone e de identificação, e outros dados dos usuários, para vender.

Segundo as autoridades, o esquema gerou lucros no valor de 50 milhões de yuan (cerca de 7,3 milhões de dólares).

O tráfico de dados pessoais é comum naquele país asiático. Em Fevereiro, oito pessoas, incluindo ex-funcionários do município de Xangai, foram condenadas a penas de até dois anos de prisão por venda dos dados de mais de cinco mil recém-nascidos.



Escolas do primeiro ciclo do ensino secundário poderão contar com novas designações.

Marcas & Estilos

Comemorações históricas

Projectado em colaboração com a Opere Nacional de Paris, este anel em cristal claro e 18 quilates de ouro vermelho comemora a história de Romeu e Julieta, um símbolo de romance usado por René Lalique em muitos dos seus primeiros modelos de jóias.

Sweater Givenchy

Camisola de lã de malha longa com mangas coloridas em preto, branco e vermelho. Colar, punhos e bainhas. Logo tricotado em preto na frente. Costura tonificada.

Para aventuras

A tenda de cobertura oferece uma nova maneira de olhar as aventuras dos veículos. Com o seu grande espaço interior, a Tenda da James Baroud proporciona conforto para que os adultos se sintam bem em qualquer extremidade da barraca.

Recomendáveis

As nuances de cor de couro não são um defeito de fabrico. Pelo contrário, são uma garantia de singularidade que só lhe é proporcionada por uma marca italiana, a Croco. Para manter os seus ténis em boas condições, conserve-os sempre limpos e secos.

Influencias icónicas

Uma mistura perfeita de prática e equilíbrio, a Kelly Danse é um pedaço de design verdadeiramente incrível. Esta bolsa é inspirada no crocodilo Blue Brighton. Terminado com um topo de abas e um fecho de bloqueio, a Hermes influencia a sua figura icónica.

Lâmpada da Ahoy

Você quase pode ouvir as ondulações quando estiver na presença da lâmpada de chão Ahoy. Uma lâmpada de estilo clássico pode voltar a uma era anterior, mas continua a ser perfeita com uma decoração moderna. A lâmpada de chão de Ahoy caberá perfeitamente ao estilo de casa ou escritório, adicione-o ao seu espaço hoje!

RESTAURANTE

Árabes e... caros

Para quem gosta de alternativas e, sobretudo, de comer rapidamente, os muitos restaurantes de origem árabe são boas alternativas em Luanda. Geralmente bem localizados, em sítios mais centrais da cidade, oferecem um pouco de quase tudo. Aqui podem encontrar-se as fahitas de vários tipos, o nan (pão árabe), o húmus (excelente pasta de grão de bico com azeite), as saladas verdes (com repolho), o frango grelhado com açafrão e mais outros pratos típicos do Médio Oriente. Nenhum deles, por os proprietários, geralmente libaneses, professarem o islamismo, vende bebidas alcoólicas. O problema mesmo é seguirem à risca Mao-met que era comerciante: tudo é negócio. São caros, demasiado caros até para uma Luanda habituada a preços 'de outro mundo'.



AUTOMÓVEL

Luxo de 'hotel' sobre rodas

É apontado como Volvo mais luxuoso de sempre. A marca sueca lançou, este ano, o modelo XC90, na forma de versão Excellence. Já teve uma estreia de grande nível no Salão de Genebra, mas ainda não se sabe quando chega ao mercado africano, em particular, ao angolano. Para já, logo a abrir, a marca estabeleceu um valor, 'para início de conversa', de mais de 150 mil dólares. Falta ajustar as taxas que variam conforme os países.

O modelo tem quatro bancos, digamos sofás, individuais, com estofos de qualidade e encostos para cabeça, ajustáveis e com a função de massagem. Traz ainda uma geleira, duas mesas e copos de cristal. O carro propriamente dito tem um motor turbo a gasolina e também eléctrico e com 410 cavalos. À boa maneira sueca, um o mais baixo nível de emissões poluentes para carros desta cilindrada.



AGENDA

LUANDA

16 DE JUNHO

O grupo musical da Guiné-Bissau Tabanka Djaz actua no Centro de Conferências de Belas, às 20h30. Bilhetes entre 8.000 e 15.000 kwanzas.

DE 16 A 18 DE JUNHO

O grupo Horizonte Njinga Mbande apresenta a peça teatral 'A Madrasta', no Auditório Njinga Mbande, às 20 horas. Bilhetes a 1.500 kwanzas.

17 DE JUNHO

Angola Music Awards (AMA), concurso de música no Pavilhão Arena do Kilamba. A partir das 20 horas.

17 DE JUNHO

A Nova Energia apresenta o 'Show Piô', no Centro de Conferências de Belas, a partir das 20 horas.

ATÉ 18 DE JUNHO

O Museu Nacional de Antropologia, em parceria com o Centro Cultural Brasil-Angola, promove a exposição etnográfica 'A função dos instrumentos e da música de Angola', na Galeria de Arte do CCBA.

“Este negócio, para ser auto-sustentável, precisa de pelo menos cinco a oito anos. É preciso que haja uma toda indústria à sua volta. Infelizmente, ainda não atingimos esse patamar. Mas, definitivamente, para lá caminhamos.”

ROSE PALHARES COM BRILHO INTERNACIONAL

“As peças que crio carregam mensagens importantes”

MODA. Rose Palhares foi a estilista oficial da colecção da Mastercard para o Festival de Cannes 2017. Vestir uma peça confeccionada por ela “é uma experiência indescritível”, considera. Acredita que a moda, para ser auto-sustentável, precisa de pelo menos cinco a oito anos.

Por Amélia Santos

Quem é Rose Palhares?

Uma mulher que nasceu com o sonho de se tornar a maior estilista da sua época porque acredita que, através das suas criações, consegue mudar mentalidades.

E como entra nesta área?

Desde muito nova, sempre soube que seria estilista. Cresci em volta deste desejo e alimentei-o através dos estudos. Formei-me no Brasil, em Design de moda, e comecei logo a exercer a profissão em Angola. Do Brasil, saí com a minha primeira colecção, que confeccionei durante o último ano da faculdade.

Como surge o convite para apresentar uma colecção exclusiva em Cannes?

No ano passado, estive em Cannes para o ‘Cannes Fashion Festival’ e, depois de desfilarmos, tive a oportunidade de estar presente no ‘red carpet’ (tapete vermelho), pelo que chamei a atenção de um dos parceiros do Festival, Emanuel Conceição, angolano residente em Milão, Itália. Meses a seguir, fez o convite para me tornar

estilista oficial da colecção da Mastercard para o festival de Cannes.

Que novidades apresentou em Cannes?

Preocupe-me em entender o que os meus clientes procuravam. Desde cores mais procuradas, tamanhos, modelos e nacionalidades. Após vários meses de pesquisa e de ‘brainstorming’, fizemos uma colecção em que conseguimos mostrar um pouco da Rose Palhares, desde o início da carreira.

Durante o Cannes, recebeu propostas para vestir alguma celebridade?

Não! Masa BellaHadid solicitou o meu cartão, porque adorou a peça exposta na entrada do Hotel Majestic, onde ela esteve hospedada. De qualquer forma, a colecção destinou-se exclusivamente às convidadas da Mastercard.

Como define a moda que cria?

As peças que crio carregam mensagens importantes para quem as veste. Mas preocupo-me principalmente em vestir mulheres que trazem algo a mais para esta vida. É muito importante para mim, crio sempre dentro do clássico, surpreendente e



Mário Mujetes © VE

intemporal. As clientes facilmente descodificam a mensagem assim que se vestem.

Nas últimas edições da revista ‘Gala Croisette’, afirmam que ‘reinventa o corpo feminino’. Como explica? Vestir Rose Palhares é uma experiência, é indescritível... O ‘feedback’ que recebi das clientes, nestes dias, foi incrível. Elas sentem-se deslumbrantes, que as pessoas olham para elas de outra forma. É o que quero. Quem veste Rose Palhares não passa despercebida. E não ape-

PERFIL

Nome: Rose Palhares
Naturalidade: Luanda
Idade: 32 anos
Signo: Sagitário
Estado civil: Casada
Maior conquista: Ainda está a caminho...

O que acha que está a faltar na sua vida: Tenho saúde, uma família que me apoia, casada com o meu melhor amigo e faço o que amo...Deus não me deve mais nada, sinto-me abençoada, o resto... eu corro atrás.

nas pelas cores. A simplicidade também chama atenção.

Em 2016, foi considerada a designer “mais interessante” pela Vogue Itália. E no mesmo ano a Elle South África apresenta-a como uma das 5 designers mais promissoras. O que representa para si?

O reconhecimento é tudo. Saber que a bíblia da Moda e a revista Elle reconhecem o meu trabalho não tem preço.

Como foi a experiência da estreia no ‘Moda Lisboa’, com a colecção ‘Kissfrom Rose’?

Foi uma experiência muito boa, já desfilei em imensas passarelas e posso dizer que cada uma tem algo especial. O moda Lisboa mostrou-me que podia chegar onde eu quisesse. Senti-me muito bem recebida e a colecção foi muito aclamada.

Qual é o poder da moda?

O que o designer quiser. Nós podemos tudo quando criamos, e isso é ser artista. E a arte não tem limites.

No processo criativo, quais as principais referências que tem em conta? Cores e qual o grau de crescimento

para onde me dirijo. A moda que eu faço é só minha; o processo que adapto é criado para as minhas necessidades e da minha equipa; adoro o que faço e tento aprender tudo para poder fazer do meu jeito, a 100%.

Dois ou três exemplos de peças que lhe tenham dado um especial prazer em criar.

Todas, mas a colecção ‘África às Risca’, os ‘T-dresses’ e a minha colecção de Cannes de 2016 são as que até hoje me enchem de orgulho.

Quais as experiências mais marcantes na sua trajetória?

A minha primeira cliente, a minha primeira passarelle, o meu primeiro prémio, a minha primeira Vogue e o meu primeiro Cannes.

E os desfiles?

O primeiro desfile no Moda Luanda em 2013 marcou-me imenso, foi a minha primeira vez. Estava super nervosa, mas sabia exactamente o que tinha de fazer e como fazer. Estava no meu habitat natural. Outro desfile que me deu imenso gosto foi o meu primeiro ‘Angola Fashion Week’ em 2015. Fui reconhecida com o prémio de estilista internacional, foi muito bom.

Qual foi o pedido mais extravagante que um cliente já lhe fez?

Nenhum. As clientes que vêm ter comigo sabem bem o que encontrar. Elas procuram a Rose Palhares porque sabem exactamente o que querem ou que sairão satisfeitas do nosso atelier.

Quais as principais dificuldades nesta área?

A maior responsabilidade de um designer é de arranjar soluções, isto sim é função um designer. No meu caso, arranjo sempre. Já estive em momentos que não haviam tecidos de qualidade, não haviam entretelas, faltavam fechos... Mas criar implica contornar obstáculos e concretizar ideias.

A moda em Angola já é auto-sustentável?

Não, ainda não. Este negócio, para ser auto-sustentável, precisa de pelo menos cinco a oito anos. É preciso que haja uma toda indústria à sua volta. Infelizmente, ainda não atingimos esse patamar. Mas, definitivamente, para lá caminhamos.

NÚMEROS DA SEMANA

200

É o número aproximado de cabeças de gado bovino de todas as raças que estiveram na segunda edição da feira do criador de gado.

65

Milhões de dólares é o valor que a empresa Vale Fértil vai investir na exploração e transformação de fosfato no Lucunga, Zaire.

13%

É o aumento que vai registar a pensão mínima de reforma de velhice, fixada em 21.380,78 kwanzas

1,4

Mil milhões de kwanzas é o valor aprovado pelo Estado para financiar a campanha eleitoral dos partidos concorrentes às eleições gerais de Agosto.

CONSULTORA ANALISA SECTOR MINEIRO ANGOLANO

BMI Research alerta investidores

A consultora BMI Research considerou que a subida dos preços do petróleo vai atrasar o investimento de Angola no sector mineiro pelo menos até ao final da década, mas a perspectiva positiva sobre esta actividade mantém-se.

“A subida dos preços do petróleo e os melhoramentos na posição orçamental até 2021 vão refrear a vontade política de atingir os objetivos de curto prazo” no que diz respeito às minas, lê-se no documento.

De acordo com a Lusa, no documento, enviado aos investidores, os analistas da BMI Research escrevem que, a partir da próxima década, o Governo angolano vai “cumprir os compromissos de investimento no sector mineiro, explorando os vastos depósitos de ouro, cobre e pedras preciosas a longo prazo, fazendo com que a indústria mineira tenha um crescimento médio de 6,7% entre 2017 e 2021, alicerçado nos níveis de produção de diamantes,

que deverão aumentar, impulsionados por novos projectos e pela subida na procura mundial”.

Ainda assim, “a prevista recuperação global nos preços do petróleo nos próximos anos vai ser um impedimento importante ao desenvolvimento a curto prazo do sector mineiro”, dizem os analistas, sublinhando que o foco do Executivo angolano continua no petróleo, que vale 75% das receitas fiscais e representa cerca de 95% das exportações do país.

“Apesar das significativas contrariedades que a expansão da actividade mineira enfrenta em Angola nos próximos cinco anos, mantemos a nossa visão positiva para a indústria no horizonte de 10 a 20 anos”, escrevem os peritos da BMI Research. A produção de petróleo “vai atingir um pico em 2018 com 1,8 milhões de barris diários e depois diminuir até aos 1,6 milhões em 2021”, o que será um incentivo à diversificação económica, concluem.



Mário Mujetes © VE

MAIS DE 500 MILHÕES DE KWANZAS EM PREJUÍZOS

Gasóleo da Prodel desviado na Huíla

Mais de quatro milhões de litros de combustíveis da central térmica do Lubango, na Huíla, foram desviados. Peritos dos Serviços de Investigação Criminal (SIC) encontram-se a investigar o assunto e suspeitam que se trate de uma rede criminosa ‘organizada’.

De acordo com os SIC, o combustível desviado é comercializado no mercado informal a preços inferiores ao do oficial. O procurador da República junto do SIC, na Huíla, Adão do Nascimento, avaliou o prejuízo da empresa de produção de electricidade, Pro-

del, proprietária da central térmica, em mais de 500 milhões de kwanzas, só em gasóleo.

Adão do Nascimento, que não falou sobre detenções, fez saber ainda que se estima terem sido desviados 132 camiões cisternas de combustível. No entanto, as investigações da SIC decorrem já há dois meses, tendo sido apontadas, pelo menos, 29 pessoas suspeitas de envolvimento na rede. O grupo, segundo o procurador, vendia o gasóleo a 80 kwanzas contra o preço oficial de 135 kwanzas.



Mário Mujetes © VE



PETRÓLEO
Instituto em acordos com Moçambique

O Instituto Nacional de Petróleos (INP), localizado no Kwanza-Sul, assinou, na semana passada, um protocolo de cooperação com o Ministério dos Recursos Minerais e Energia de Moçambique.

O secretário permanente do Ministério dos Recursos Minerais e Energia de Moçambique, Alfredo Nampete, sublinhou o potencial e o nível de organização do INP e garantiu que os técnicos moçambicanos, em formação na referida instituição, irão regressar com conhecimentos para servir o seu país “com fidelidade”.

Alfredo Nampete realçou ainda que o seu país espera “aprender muito” com Angola, já que Moçambique tem, em marcha, o projecto de canalização de gás e produção de biodiesel e espera concretizar o mesmo com o apoio angolano. Antes da assinatura do protocolo, o director geral do INP, Domingos Francisco (na foto), fez uma breve abordagem sobre o percurso do INP, bem como uma apresentação dos cursos que lecciona.

O VALOR ESTA SEMANA

BANCO POSTAL

Xikila Money oficializado

O Banco Postal lança oficialmente hoje o Xikila Money, a primeira unidade de negócio da instituição, estando previsto o lançamento de mais duas unidades ainda este ano. Entidade participada pelo Estado e mais dois privados já conta com um número de clientes que ultrapassa os 20 mil. Pág. 13



CALCULADO EM 16,5 MIL KZ

Governo fixa salário mínimo

O Governo fixou, através de um decreto presidencial, o salário mínimo entre os 16.503,30 kwanzas e os 24.754,95 kwanzas, revogando o anterior diploma de 2014. O salário mínimo por grupos de actividade vai aumentar assim 10%, em média. Os sectores do comércio e da indústria extractiva estão no escalão mais alto, ao passo que a agricultura se posiciona na base. Pág. 8

AGRICULTURA

Feira da banana às moscas

A 6ª edição da Feira Internacional da Banana (FAIBA), realizada no Bengo, teve este ano menos expositores em relação ao ano passado. Apenas três empresas internacionais participaram no certame. A direcção da Eventos Arena, organizadora do evento, esclareceu que a fraca participação se deve ao actual momento económico do país. Pág. 6